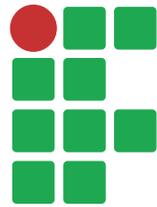


RELATÓRIO DE GESTÃO

IFRR – 2019



**INSTITUTO
FEDERAL**
Roraima



ifrr.edu.br



IFRROFICIAL



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRR
EXERCÍCIO 2019**

**Boa Vista-RR
2020**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

Relatório de Gestão do IFRR, referente ao exercício de 2019, por meio do qual apresentamos à sociedade e aos órgãos de controle como a instituição geriu os seus recursos a fim de cumprir a sua missão.

Este documento foi elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa-TCU n.º 178, de 23 de outubro de 2019, e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Sandra Mara de Paula Dias Botelho
Reitora

Regina Ferreira Lopes
Pró-Reitora de Administração

Diogo Saul Silva Santos
Pró-Reitor de
Desenvolvimento Institucional

Sandra Grützmacher
Pró-Reitora de Ensino

Fabiana Letícia Sbaraini
Pró-Reitora de
Pesquisa e Pós-Graduação

Nadson Castro dos Reis
Pró-Reitor de Extensão

George Sterfson Barros
Campus Amajari

Joseane de Souza Cortez
Campus Boa Vista

**Maria Aparecida Alves de
Medeiros**
Campus Boa Vista Zona Oeste

Eliezer Nunes Silva
Campus Novo Paraíso

Evemília Sousa
Campus Avançado Bonfim

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**
Assessoria de Comunicação

Jayne de Castro Thomé
Diagramadora

Antônio de Souza Matos
Revisor de Texto

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGU – Advocacia-Geral da União

AH – Análise horizontal

AV – Análise vertical

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAB – *Campus* Avançado Bonfim

CAM – *Campus* Amajari

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBV – *Campus* Boa Vista

CBVZO – *Campus* Boa Vista Zona Oeste

CF – Constituição Federal

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

CGU – Controladoria-Geral da União

Cieds – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNP – *Campus* Novo Paraíso

Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consup – Conselho Superior do IFRR

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

DDP – Detalhamento das Despesas de Pessoal

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DPOF – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

EAD – Educação a distância

EBTT – Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

e-OUV – Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FIC – Formação inicial e continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GR – Gabinete da Reitoria

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPEdu – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

IN – Instrução Normativa

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira

Inova – Programa Institucional de Fomento a Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional

IPSAS – International Public Sector Accounting Standards

IQ – Incentivo à qualificação

kWh – quilowatt-hora

Inpi – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

LOA – Lei Orçamentária Anual

m³ - Metro cúbico

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

ME – Ministério da Economia

MEC – Ministério da Educação

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MPF – Ministério Público Federal

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Napne – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBR – Norma Brasileira

Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PAT – Plano Anual de Trabalho

PBP – Programa de Bolsa Permanência

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PD&I – Pesquisa, desenvolvimento e inovação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Pibict – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica

Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Pibiti – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Pipad – Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Aplicada Docente

Pivict – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEE – Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

PPA – Plano Plurianual

Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

ProfEPT – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

RAP – Restos a pagar

RNP – Rede Nacional de Pesquisa

RPNP – Restos a Pagar Não Processados

RPP – Restos a Pagar Processados

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

RR – Roraima

RSC – Reconhecimento de saberes e competências

RT – Retribuição por titulação

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Seges – Secretaria de Estado de Gestão

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SGDP – Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

Siass – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

Sipec – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

Sisp – Sistema Integrado de Segurança Pública

SPU – Secretária de Patrimônio da União

SRP – Sistema de Registro de Preços

STI – Secretária de Logística e Tecnologia da Informação

STN – Secretária do Tesouro Nacional

Suap – Sistema Unificado de Administração Pública

TAEs – Técnico-Administrativos em Educação

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

VPA – Variação Patrimonial Aumentativa

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

MENSAGEM DA REITORA.....	10	3.4 Principais desafios para 2020	30
1. VISÃO GERAL E AMBIENTE		4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA	
EXTERNO	12	GESTÃO	31
1.1. Identificação do IFRR	13	4.1 Resultados alcançados em relação aos	objetivos estratégicos e às prioridades da gestão 32
1.2. Estrutura organizacional	14	4.2 Demonstração da eficiência e da conformidade	legal de áreas relevantes de gestão que
1.3. Estrutura de governança.....	15	contribuíram para o alcance dos resultados	institucionais em 2019
1.4. Modelo de negócios.....	16	4.2.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	50
1.5. Cadeia de Valor	17	4.2.2 Gestão de Pessoas.....	63
1.6. Políticas e Programas de Governo	18	4.2.3 Gestão de Licitações e Contratos	77
1.7. Ambiente externo	19	4.2.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	78
1.8. Determinação da materialidade das		4.2.5 Gestão da Tecnologia da Informação.....	80
informações	21	4.2.6 Gestão de Custos	82
2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E		4.2.7 Sustentabilidade Ambiental	83
ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	23	5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,	
2.1 Estratégia e alocação de recursos	24	FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	85
2.2 Apoio da estrutura de governança à		5.1 Informações Orçamentárias	88
capacidade do IFRR de gerar valor	25	5.1.1 Receitas Orçamentárias.....	88
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E		5.1.2 Despesas Orçamentárias.....	90
PERSPECTIVAS	28	5.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a	Pagar
3.1 Política de gestão de riscos e controles		5.2 Informações Financeiras	98
internos.....	29		
3.2 Estruturas de gestão de riscos	29		
3.3 Matriz de riscos	30		

5.3 Informações Patrimoniais	102
5.4 Informações sobre as Principais Contas do Balanço Patrimonial	103
5.4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	103
5.4.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	104
5.4.3 Estoques.....	104
5.4.4 Imobilizado.....	105
5.4.5 Bens Imóveis.....	107
5.4.6 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	108
5.4.7 Obrigações Contratuais	110
5.5 Conformidade Contábil dos Atos e dos Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	113



Apresento-lhes o presente Relatório Anual de Gestão do Instituto Federal de Roraima, por meio do qual se compartilham de forma transparente e sistematizada, as principais informações sobre os recursos utilizados, as estratégias empregadas e os resultados entregues à sociedade no exercício de 2019.

Para o cumprimento de sua missão e o alcance dos objetivos institucionais, o IFRR contou com o engajamento de **645** servidores, sendo 270 professores e 375 técnicos administrativos em educação.

Em 2019, registraram-se **5.751 matrículas** em **81 cursos** ofertados pela instituição, em diver-

sos níveis e modalidades. Foram disponibilizadas à comunidade **2.818 vagas** e houve **7.720 inscritos**.

Não obstante um cenário financeiro impactado por bloqueios orçamentários e contingenciamentos de cotas de empenho, que impôs ao IFRR limitação orçamentária significativa, na Assistência Estudantil foram ofertados **2.437 auxílios**. Essa foi uma medida prioritária para a gestão, pois, assim, buscou-se propiciar condições para a permanência e o êxito estudantil. Ressalta-se ainda a oferta de bolsas para os programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação apresentadas neste relatório.

O IFRR cumpriu com o compromisso de desenvolver uma gestão participativa e democrática ao acatar as decisões tomadas, em seus colegiados, pelos comitês e pelas comissões e ao promover consultas públicas como etapa de construção de documentos importantes à instituição, em um contínuo esforço de estreitar o relacionamento com a comunidade e priorizar as tomadas de decisão de

maneira participativa. Nesse sentido, ressalta-se a aprovação de dois documentos de grande importância: o **Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR** e o novo **Plano de Desenvolvimento Institucional**, que define os objetivos e as metas do IFRR para os exercícios de 2019 a 2023.

Não há como se falar em fortalecimento institucional sem se pensar nas pessoas, portanto foram investidos **R\$ 420.190,54** em capacitação e qualificação dos servidores e, juntamente com outras medidas, conseguiu-se um índice de **43,87% de servidores capacitados**.

Um momento bastante significativo foi a inauguração da sede do *Campus* Avançado Bonfim, em 14 de novembro, pois as atividades dessa unidade ocorriam em um prédio cedido pelo Governo de Roraima, a Escola Estadual Argentina Castelo Branco. A estrutura da sede do *campus* é acessível e conta com sistema de combate a incêndio.

Ainda falando em infraestrutura física, destaca-se a inicialização da construção de dois blocos de alojamento no *Campus* Amajari, a construção de três salas modulares no *Campus* Novo Paraíso, a construção de uma quadra de vôlei no *Campus* Boa Vista Zona Oeste e a finalização da primeira etapa da reforma elétrica no *Campus* Boa Vista.

Asseguro a integridade deste relatório, construído mediante a aplicação do pensamento coletivo e apresentado de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.

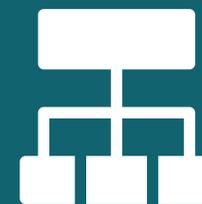
Este documento tem por objetivo ampliar a transparência e o diálogo com a nossa comunidade, bem como demonstrar a importância do IFRR no processo de formação humana e profissional da sociedade roraimense. Assim, convido todos a lê-lo e a interagir conosco por meio de sugestões de melhoria.

Sandra Mara de Paula Dias Botelho
Reitora do IFRR

RELATÓRIO DE GESTÃO

IFRR – 2019

VISÃO GERAL E AMBIENTE EXTERNO



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO IFRR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Conforme sua lei de criação, o IFRR é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O IFRR é composto pelas seguintes unidades:

- Reitoria;
- *Campus* Amajari;
- *Campus* Avançado Bonfim;
- *Campus* Boa Vista;
- *Campus* Boa Vista Zona Oeste; e
- *Campus* Novo Paraíso.

Por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, o IFRR definiu a sua missão, visão e valores institucionais:

MISSÃO

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação

VALORES

Ética e Transparência;
Inclusão Social;
Gestão Democrática;
Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana;
Responsabilidade Socioambiental.

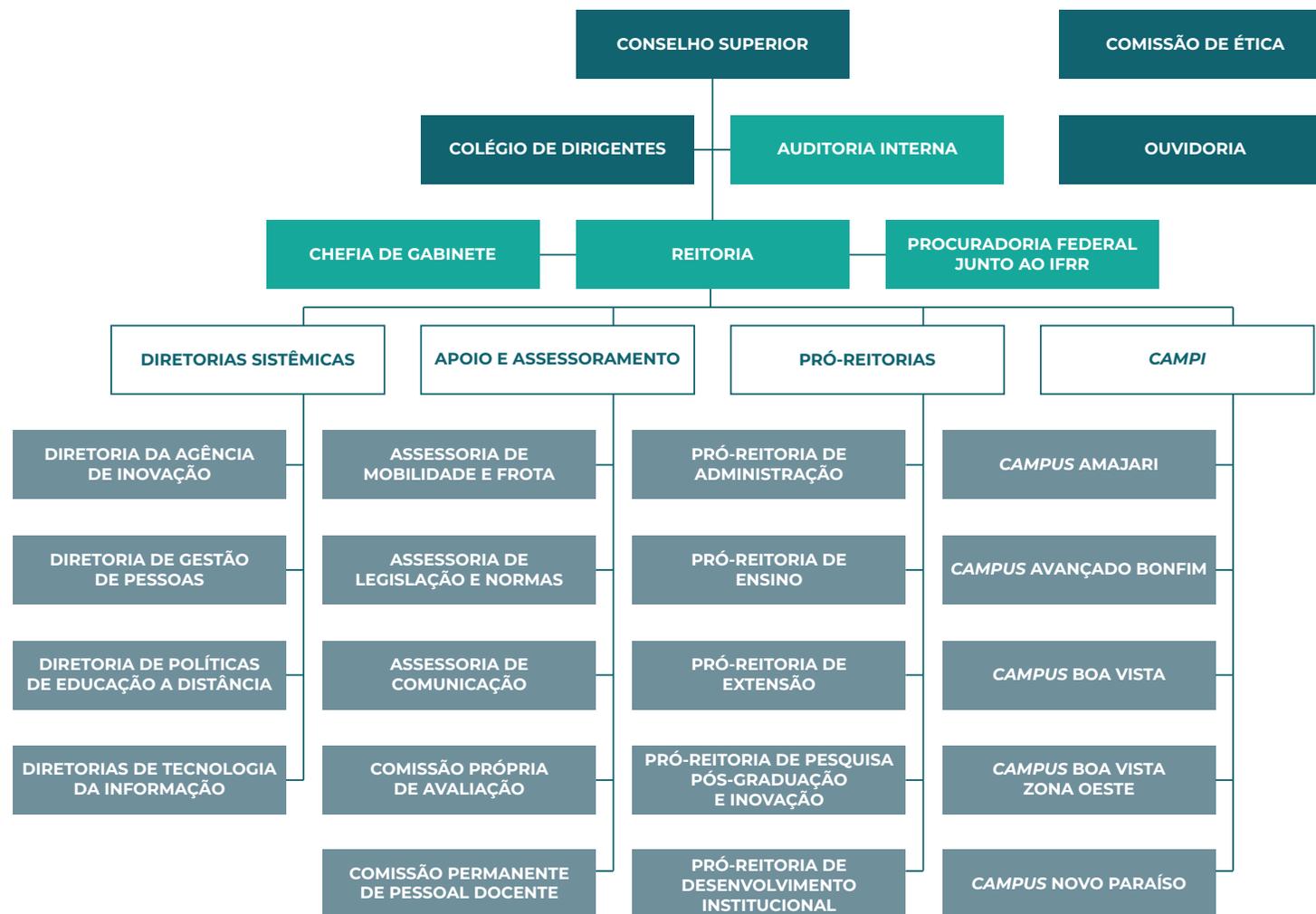


1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IFRR é estruturado em formato *multicampi* e tem sua administração central exercida pela Reitoria e, nos *campi*, pelas direções-gerais. Todas as unidades contam com o apoio de órgãos colegiados, de assessoramento e de outros que integram os diversos níveis organizacionais.

As competências dos órgãos são estabelecidas pelo Estatuto e/ou pelo Regimento Geral do IFRR. Além desses documentos, há os regimentos internos para os órgãos colegiados e de assessoramento, que podem ser encontrados no site da instituição.

FIGURA 01 – ORGANOGRAMA DO IFRR



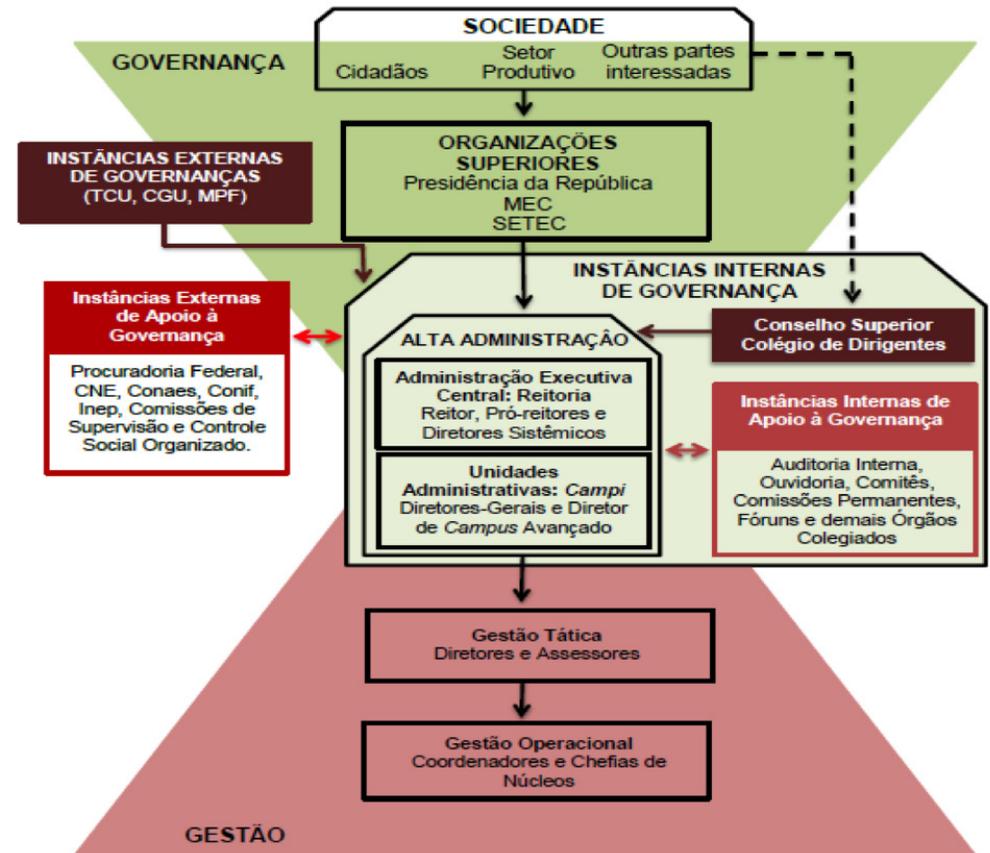


1.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança do IFRR foi elaborada levando-se em consideração os referenciais de melhores práticas e governança disponibilizados pelo TCU, a Lei de Criação dos Institutos Federais, assim como as regulamentações internas que disciplinam as atividades de sua estrutura organizacional.

A representação ao lado demonstra a forma como os diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter uma boa governança institucional.

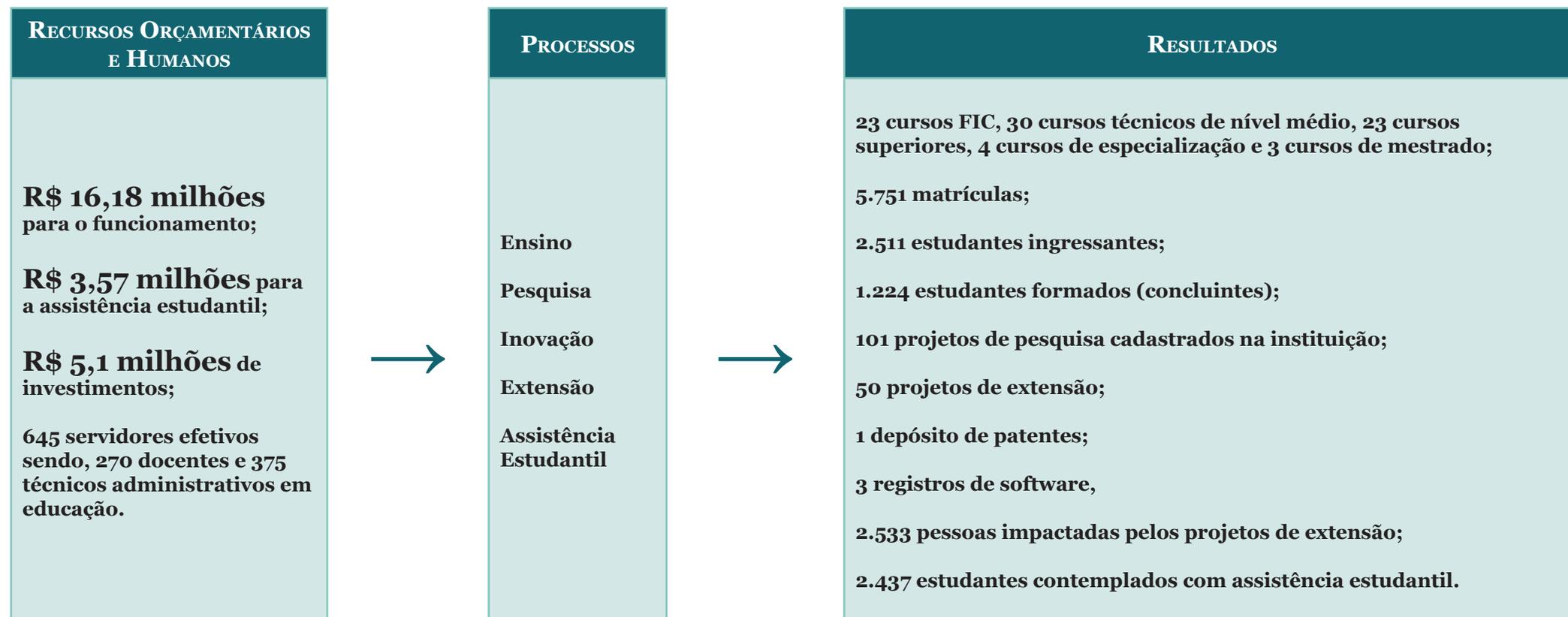
FIGURA 02 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO IFRR



1.4. MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios do IFRR no exercício de 2019 está demonstrado na figura abaixo:

FIGURA 03 – MODELO DE NEGÓCIOS DO IFRR REFERENTE AO EXERCÍCIO 2019



1.5. CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor é o instrumento no qual são descritos os macroprocessos executados no IFRR com o objetivo de atender às necessidades da sociedade. A cadeia de valor do IFRR, apresentada abaixo, foi elaborada de acordo com o PDI da instituição.

FIGURA 04 – CADEIA DE VALOR DO IFRR



1.6. POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Apresentamos no quadro abaixo a vinculação dos objetivos estratégicos e das metas institucionais, definidos no PDI 2019-2023, com os planos, as políticas e/ou os programas de governo.

QUADRO 01 – VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS COM OS PLANOS, AS POLÍTICAS E/OU OS PROGRAMAS DE GOVERNO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS VINCULAÇÕES
Fortalecer a qualidade do ensino.	Programa PPA: 5012, 5013 e 6016 Metas do PNE: 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 15
Fortalecer as ações da pesquisa aplicada, da pós-graduação e da inovação em prol do desenvolvimento social, cultural, econômico e científico da Região Norte.	PPA: 5013 Metas do PNE: 3, 13, 14 e 16
Ampliar e fortalecer as ações de extensão do IFRR em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, para a solução de questões regionais.	PPA: 5013 Metas do PNE: 8 e 12
Ampliar a oferta de vagas nos cursos na modalidade a distância e sua inserção nos cursos presenciais.	PPA: 5012 e 5013 Metas do PNE: 3, 4, 8, 11, 12, 14 e 15
Fortalecer a cultura do planejamento participativo com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos com base em informações consistentes.	Metas do PNE e Programas do PPA não se aplicam a esse objetivo estratégico.
Garantir infraestrutura física sustentável e adequada às necessidades educacionais e administrativas.	PPA: 5012, 5013 e 6016 Metas do PNE: 3, 4 e 6
Consolidar e fortalecer a governança institucional.	Metas do PNE e Programas do PPA não se aplicam a esse objetivo estratégico.
Fomentar a melhoria contínua da tecnologia da informação e da comunicação institucional.	Metas do PNE e Programas do PPA não se aplicam a esse objetivo estratégico.
Gerir os recursos logísticos, orçamentários e financeiros para o alcance dos objetivos institucionais por meio de sua disponibilidade e utilização oportuna, sustentável e eficiente.	Metas do PNE e Programas do PPA não se aplicam a esse objetivo estratégico.
Fortalecer a capacitação, a qualificação e a valorização de servidores, bem como a melhoria do ambiente organizacional, com foco nos resultados institucionais.	Metas do PNE e Programas do PPA não se aplicam a esse objetivo estratégico.

O Planejamento Anual de Trabalho do IFRR, plano de ações estabelecidas para um determinado exercício, é elaborado em conformidade com o PDI e publicado no site da instituição.

1.7. AMBIENTE EXTERNO

O Estado de Roraima tem 15 municípios e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma área territorial de 223.644 km² (2019), uma população estimada em 605.761 pessoas (2019) e uma densidade demográfica de 2,01 habitantes por km² (2010). Sua capital, que integra o município mais populoso, é Boa Vista, que corresponde a 65,9% dessa população.

Em relação ao contexto educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos finais do ensino médio na rede pública foi de 4,0 em 2017. Já o número de matrículas no ensino fundamental, em 2018, foi de 96.582, e no ensino médio de 2.152.

Ainda segundo o IBGE, bem como a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Governo de Roraima, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,707

(2010) e este tem o menor Produto Interno Bruto (PIB) do País (R\$ 12.103.236, em 2017), apesar das altas taxas de crescimento. A administração pública é a atividade que mais agrega valor ao PIB de Roraima (49,5%), seguida por serviços (36,5%), indústria (8,6%) e agropecuária (5,4%). A Capital concentra quase 74% do PIB do estado.

Em 2018, na fase diagnóstica de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi aplicada a ferramenta Matriz SWOT para a realização de pesquisa relacionada ao ambiente interno e externo da instituição, por dimensão estratégica e com representantes de todos os *campi*, cujos resultados subsidiaram a elaboração da análise de cenário institucional. Para sua atualização, esses fatores foram confrontados com os relatórios de avaliação do PAT 2019. As principais oportunidades e ameaças identificadas estão descritas a seguir:

QUADRO 02 – ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Novas exigências do mundo do trabalho que provocam aumento na demanda por profissionais melhor qualificados; • Parcerias com instituições públicas e privadas; • Possibilidade de parcerias para desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão na sociedade; • Credibilidade e reconhecimento perante a população; • Ensino diferenciado em comparação com o da rede de ensino do estado; • Captação de recursos externos (TEDs e emendas parlamentares) para o fomento de ensino, pesquisa e extensão, assim como para a modernização da infraestrutura; • Demanda da sociedade por inovações e empreendedorismo; • Crescente demanda de cursos na modalidade EaD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contingenciamento de recursos orçamentários; • Serviços públicos complementares deficitários, em especial o transporte público no interior do estado; • Internet problemática; • Mudança nos rumos da política educacio–nal no País; • Contabilização das licenças legais no banco de professor equivalente; • Enfraquecimento do apoio político às instituições federais de ensino superior; • Incompreensão da base política quanto à missão dos institutos federais; • Quantidade de instituições de ensino atuando no estado, principalmente de ensino superior, o que gera grande concorrência, principalmente quando levado em consideração o quantitativo populacional de Roraima; • Falta de incentivo do governo federal para o servidor permanecer nos <i>campi</i> do interior; • Baixa qualidade na educação básica na rede pública estadual.

1.8. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A estrutura do documento segue o que foi definido na Decisão Normativa-TCU n.º 178, de 23 de outubro de 2019, e no Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado. A determinação dos temas a serem incluídos no relatório de gestão está diretamente relacionada ao PDI da instituição e, consequentemente, ao cumprimento dos objetivos estratégicos. Portanto, são aqueles relacionados às ações finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e inovação), ao esforço institucional e à realização de despesas e investimentos para que as ações finalísticas pudessem ocorrer. Devido ao novo PDI da instituição, aprovado em 2019, houve uma revisão na materialidade.

Apresenta-se, na figura abaixo, a matriz de materialidade do IFRR, composta por 14 temas:

FIGURA 05 – MATRIZ DE MATERIALIDADE DO IFRR



FIGURA 06 – RELAÇÃO ENTRE A MATRIZ DE MATERIALIDADE DO IFRR E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os temas materiais contribuem principalmente para o alcance dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Outros temas cujas ações do IFRR contribuem para o alcance dos ODS e, portanto, podem ser encontrados ao longo deste relatório:



RELATÓRIO DE GESTÃO

IFRR – 2019

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima



2.1 ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

As diretrizes estratégicas do IFRR estão definidas em seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência para os exercícios 2019 a 2023. Sua construção envolveu a comunidade externa e interna por meio de comissões, audiências e consultas públicas. Nele são estabelecidos os objetivos estratégicos institucionais, evidenciados no Mapa Estratégico do IFRR (ao lado), para o alcance da missão e da visão.

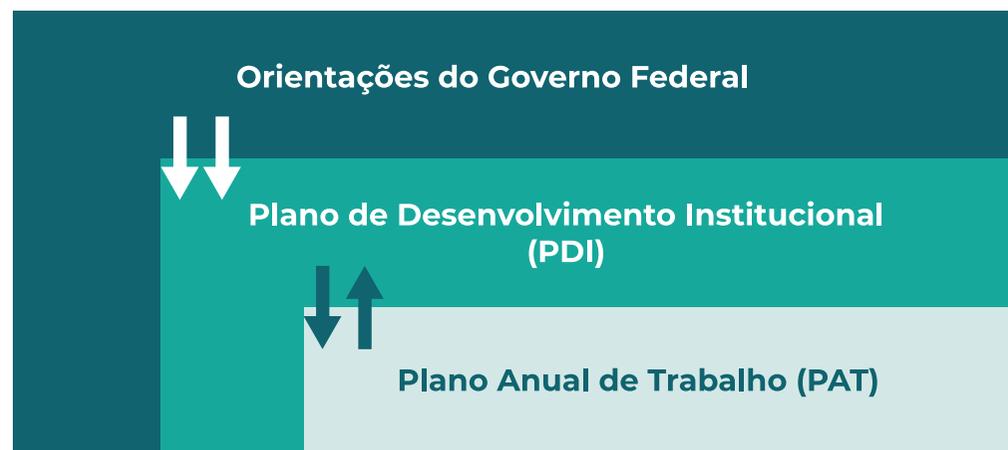




O PDI subsidia a elaboração do planejamento institucional de curto prazo, o Plano Anual de Trabalho (PAT), em que são definidas as ações do IFRR para um determinado exercício, incluindo os recursos a serem empregados para sua execução, em conformidade com o orçamento geral da instituição.

O PAT é o instrumento que torna tangível a estratégia definida, detalhando-a por meio de ações que visam ao alcance dos objetivos estratégicos, alinhadas às prioridades estabelecidas pela gestão.

FIGURA 08 – ALINHAMENTO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DO IFRR



O monitoramento do PAT ocorre por meio de relatórios que demonstram o cumprimento das ações, a execução das metas físicas e financeiras e as dificuldades encontradas durante a realização de cada ação, assim como as soluções encontradas, os quais são disponibilizados no sítio institucional para conhecimento e consulta por toda a comunidade.

2.2 APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DO IFRR DE GERAR VALOR

As informações dos resultados do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, ciclo 2018, inclusive o Acórdão 2699/2018-Plenário, o relatório e o voto que o fundamentaram, estão disponíveis no seguinte sítio eletrônico: <http://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento2018/resultados.htm>.

O quadro abaixo apresenta os valores obtidos pelo IFRR nos indicadores da autoavaliação promovidos pelo TCU.



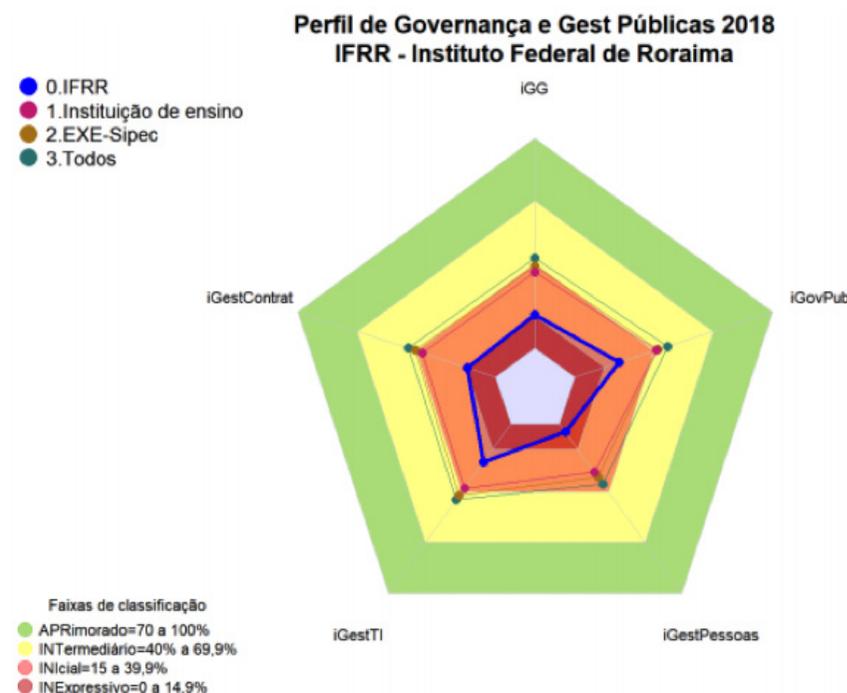
QUADRO 03 – RESUMO DA AUTOAVALIAÇÃO DO IFRR

INDICADOR	VALOR
iGG (Índice integrado de governança e gestão públicas)	16%
iGovPub (Índice de governança pública)	22%
iGovPessoas (Índice de governança e gestão de pessoas)	12%
iGestPessoas (Índice de capacidade em gestão de pessoas)	5%
iGovTI (Índice de governança e gestão de TI)	15%
iGestTI (Índice de capacidade em gestão de TI)	22%
iGovContrat (Índice de governança e gestão de contratações)	10%
iGestContrat (Índice de capacidade em gestão de contratações)	14%

Fonte: TCU, Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2018

A figura a seguir apresenta um comparativo das médias obtidas pelo IFRR com as médias obtidas pelas outras instituições de ensino, pelas organizações do mesmo segmento e por todas as 498 organizações participantes do levantamento.

FIGURA 09 – RESULTADO GERAL DA AUTOAVALIAÇÃO DO IFRR EM 2018 EM RELAÇÃO A SEU CONTEXTO



Fonte: TCU, Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2018



Em 30 de novembro de 2018, por meio da Portaria n.º 1969/GR, foi constituído o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos do IFRR, cujo Regimento Interno foi aprovado em 16 de julho de 2019 e traz a reitora como presidente e os pró-reitores, os diretores-gerais, a diretora do Campus Avançado Bonfim e os diretores das diretorias sistêmicas como membros. É um comitê deliberativo, que deve se reunir a cada dois meses para tratar de pautas voltadas à governança e à gestão de riscos no âmbito do IFRR. Tem como principais competências relacionadas à governança:

- Promover, de forma contínua, boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- Garantir a aderência às regulamentações, às leis, aos códigos, às normas e aos padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- Viabilizar o trabalho integrado dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação

de contas, na transparência e na efetividade das informações;

- Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

A publicização dos relatórios de autoavaliação do TCU, incluindo os relatórios individuais do IFRR, é feita no síto institucional.

RELATÓRIO DE GESTÃO

IFRR – 2019

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima



O IFRR, buscando implementar e sistematizar a gestão de riscos em âmbito institucional, instituiu o seu Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos por meio da Portaria n.º 1969/GR, de 30 de novembro de 2018, o qual, posteriormente, foi regimentado pela Resolução n.º 461/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2019. O comitê tem caráter deliberativo e é a instância responsável pela implementação, pela execução, pelo monitoramento e pela avaliação da Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos da instituição.

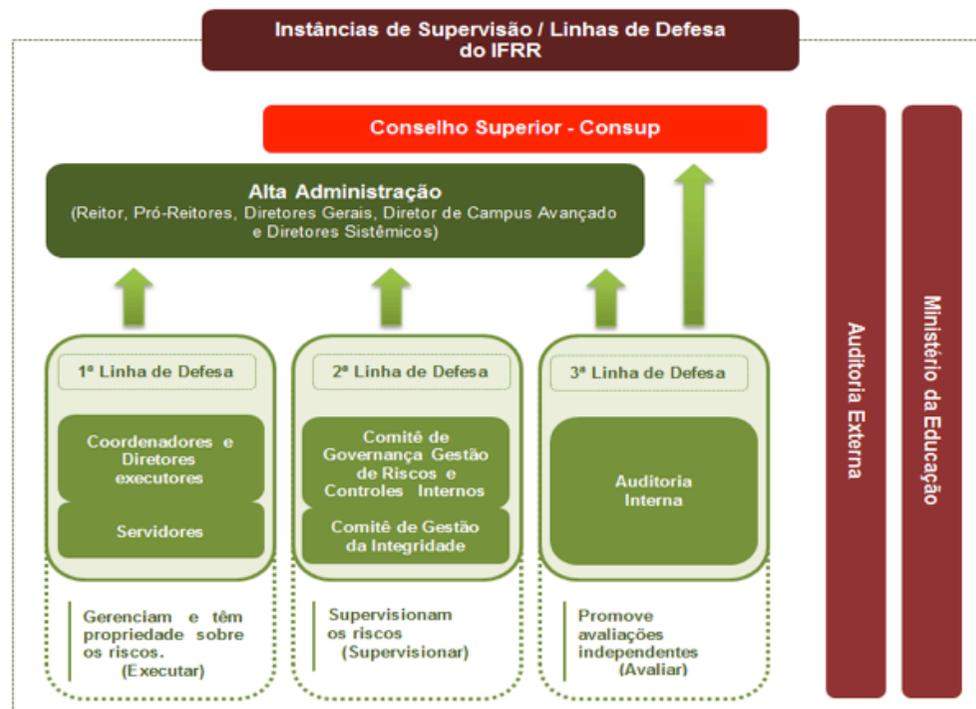
3.1 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Por meio da Resolução n.º 462/CONSELHO SUPERIOR, de 17 de julho de 2019, o IFRR estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança. O principal objetivo da política é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor por meio do tratamento de riscos que interfiram nas suas atividades.

3.2 ESTRUTURAS DE GESTÃO DE RISCOS

As instâncias de supervisão do IFRR foram definidas com base no modelo das três linhas de defesa, conforme figura abaixo.

FIGURA 10 – INSTÂNCIAS DE SUPERVISÃO





3.3 MATRIZ DE RISCOS

A matriz de risco (ou matriz de probabilidade e impacto) é uma ferramenta gráfica utilizada para realizar a análise e a avaliação de riscos. A Matriz de Risco do IFRR é apresentada na figura abaixo.

FIGURA 11 – MATRIZ DE RISCO DO IFRR

Impacto	5 Catastrófico	5	10	15	20	25
	4 Alto	4	8	12	16	20
	3 Moderado	3	6	9	12	15
	2 Baixo	2	4	6	8	10
	1 Muito baixo	1	2	3	4	5
Legenda Nível de Risco		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Crítico		Probabilidade				
Alto						
Médio						
Baixo						

3.4 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2020

Apesar de o IFRR ter avançado bastante na temática gestão de riscos em 2019, ainda não foi possível realizar, de forma sistematizada, o gerenciamento dos riscos institucionais, como a aplicação de metodologia própria. Entretanto, mesmo que não formalmente registrados, alguns riscos já são conhecidos e foram informados à Auditoria Interna para a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e têm os controles aplicados pelos setores responsáveis pelo seu monitoramento.

Assim, para o ano de 2020, há alguns desafios para a instituição na área de gestão de riscos e controles internos, sendo estes os principais:

- Elaboração do Manual de Gestão de Riscos do IFRR;
- Definição e aplicação de ferramenta para o levantamento dos riscos; e
- Gerenciamento dos riscos de forma sistematizada.

RELATÓRIO DE GESTÃO

IFRR – 2019

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

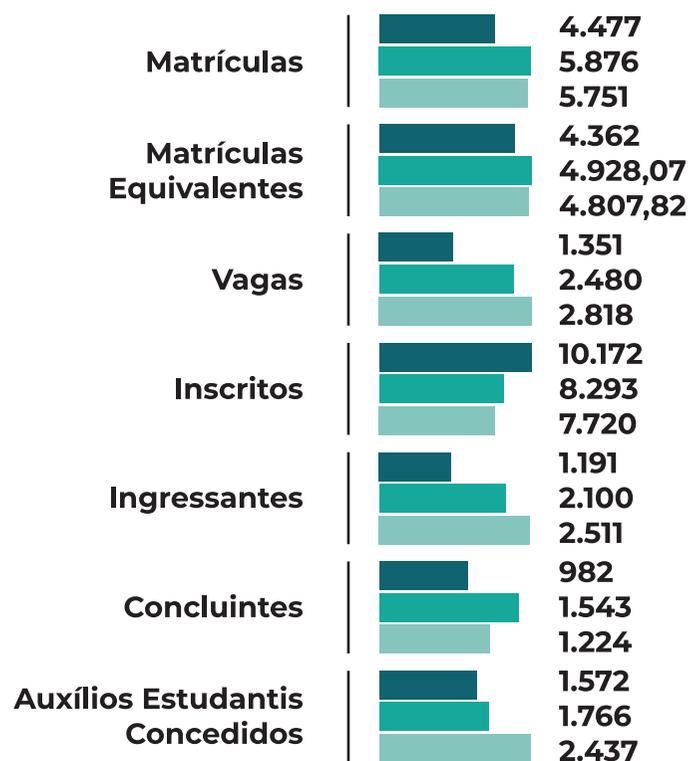
A princípio é importante ressaltar que um novo ciclo se iniciou em 2019 com a aprovação do PDI 2019-2023. No documento, construído coletivamente, foram definidos 10 objetivos estratégicos, 23 macroprocessos e 76 metas, com os respectivos indicadores, para os próximos cinco anos. Portanto, não será possível apresentar uma série histórica em muitos dos indicadores. Além disso, devido à grande quantidade de informações, serão apresentados apenas os principais resultados institucionais obtidos em 2019 relacionados aos objetivos estratégicos que impactam diretamente na área finalística do IFRR. Os demais indicadores serão disponibilizados no relatório de monitoramento do PDI, a ser publicado no sítio eletrônico do PDI.

Objetivo Estratégico: fortalecer a qualidade do ensino

METAS PARA O EXERCÍCIO
Manter o percentual mínimo de 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme o disposto na Lei de Criação dos Institutos Federais.
Atingir o percentual mínimo de 15% de vagas para os cursos de licenciatura (formação inicial) e de formação de professores.
Atingir o percentual mínimo de 3% de vagas para os cursos de Proeja (FIC e técnico).
Ampliar para 11% a oferta de vagas para os cursos de graduação (tecnologia, bacharelado e engenharia).
Atingir a relação de 16 alunos por docente.
Atingir 26% o índice de ingresso de aluno em relação ao total de matrículas.
Atingir a relação de atratividade em oito candidatos por vaga.
Garantir 5% do orçamento próprio de investimento para o fortalecimento das bibliotecas.
Atingir o percentual de 20% de concluintes em relação ao número de matriculados/ingressantes.
Atingir 46% de eficiência acadêmica.
Reduzir para 40% o índice de retenção.
Reduzir o índice de evasão para 45%.
Manter, implantar e dar funcionalidade ao Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) em quatro <i>campi</i> do IFRR.
Manter, implantar e dar funcionalidade ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) em três <i>campi</i> do IFRR.
Ofertar no mínimo um programa de melhoria da qualidade da educação básica por <i>campus</i> .
Implantar 40% do Plano Institucional de Permanência e do Êxito dos Estudantes.
Atingir 96% de permanência dos estudantes atendidos pelos editais da Assistência Estudantil.
Atingir 55% de oferta de auxílio financeiro para os estudantes em situação de vulnerabilidade social.
Atingir 90% de mapeamento do perfil de renda <i>per capita</i> autodeclaratória dos estudantes.

Principais resultados alcançados

FIGURA 12 – SÉRIE HISTÓRICA DE DADOS RELACIONADOS AO ENSINO



Programa Bolsa Permanência

O Programa de Bolsa Permanência (PBP) tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Destina-se à concessão de um auxílio financeiro a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior e é promovido pelo MEC, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

QUADRO 04 – BOLSAS HOMOLOGADAS DO PBP EM 2019

QUANTIDADE DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
635	R\$ 900,00	R\$ 571.500,00

FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DA OFERTA DE BOLSAS DO PBP

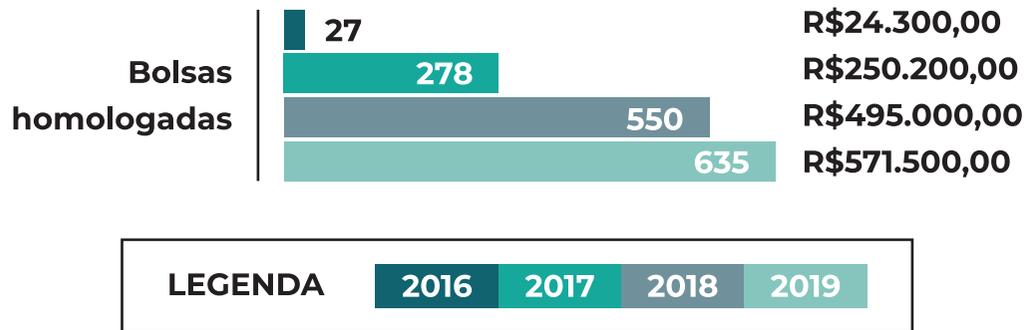
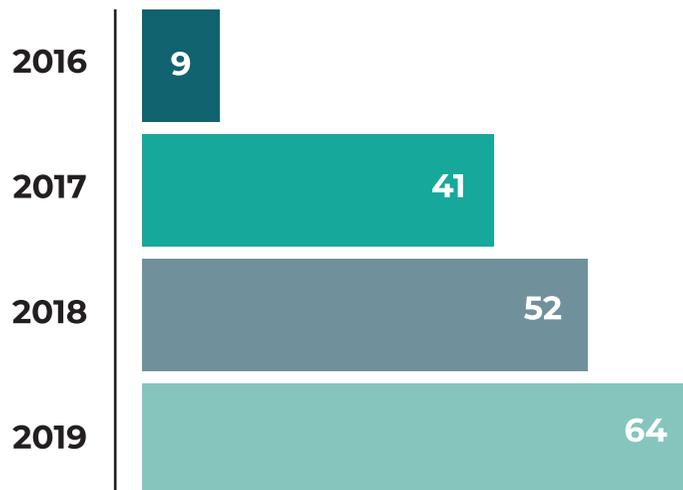


FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DE PARTICIPANTES DO PBP NO IFRR



Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)

É um programa financiado pelo MEC, por meio da Capes, que objetiva fomentar a iniciação à docência de estudantes dos cursos de licenciatura, aumentando a convivência dos graduandos com o cotidiano da função de professor. Foram contemplados 81 estudantes.

FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DO PIBID



QUADRO 05 – EXECUÇÃO DO PIBID EM 2019

FUNÇÃO	N.º DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Coordenador Institucional	11	R\$ 1.500,00	R\$ 16.500,00
Coordenador de Área	36	R\$ 1.400,00	R\$ 50.400,00
Professor Supervisor	101	R\$ 765,00	R\$ 77.265,00
Estudante Bolsista	867	R\$ 400,00	R\$ 346.800,00
Total*			R\$ 490.965,00

Fonte: Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios – SCBA/Capes

*Obs.: está prevista a devolução, em 2020, de R\$ 3.600,00 referente a nove bolsas recebidas indevidamente por um estudante bolsista.

Programa Institucional de Residência Pedagógica

É um programa financiado pelo MEC, por meio da Capes, destinado aos estudantes dos cursos de licenciatura e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica.

FIGURA 16 – EVOLUÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA



QUADRO 06 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM 2019

FUNÇÃO	QUANTIDADE DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Coordenador Institucional	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
Docente Orientador	36	R\$ 1.400,00	R\$ 50.400,00
Preceptor	108	R\$ 765,00	R\$ 82.620,00
Residente	681	R\$ 400,00	R\$ 272.400,00
Total			R\$ 423.440,00

Fonte: Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios – SCBA/Capes



Programa Institucional de Fomento a Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras (Inova)

É um programa que visa estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem nos cursos técnicos e de graduação do IFRR.

FIGURA 17 – SÉRIE HISTÓRICA DO PROGRAMA INOVA



Programa Institucional de Monitoria

É um programa institucional destinado aos estudantes dos cursos técnicos e de graduação presenciais que pode ser realizado com concessão de bolsas ou de forma voluntária.

FIGURA 18 – EVOLUÇÃO DO PROGRAMA MONITORIA



Atendimento à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

FIGURA 19 – SÉRIE HISTÓRICA DE DADOS REFERENTES À PNEE NO IFRR



LEGENDA

2017

2018

2019

Assistência Estudantil

QUADRO 07 – AUXÍLIOS CONCEDIDOS

AUXÍLIO ESTUDANTIL CONCEDIDO	QUANTIDADE
Alimentação	996
Transporte	976
Apoio a Eventos	280
Alojamento	170
Formação Estudantil	8
Material Didático	7
Total	2.437

QUADRO 08 – ESTUDANTES MATRICULADOS POR RENDA FAMILIAR DECLARADA

RENDA FAMILIAR PER CAPITA (RFP)	QUANTIDADE	PROPORÇÃO
0 < RFP ≤ 0,5	1.270	22,1%
0,5 < RFP ≤ 1,0	643	11,2%
1,0 < RFP ≤ 1,5	378	6,6%
1,5 < RFP ≤ 2,5	213	3,7%
2,5 < RFP ≤ 3,5	81	1,4%
RFP > 3,5	161	2,8%
Não sabe/respondeu	3.005	52,2%
Total	5.751	

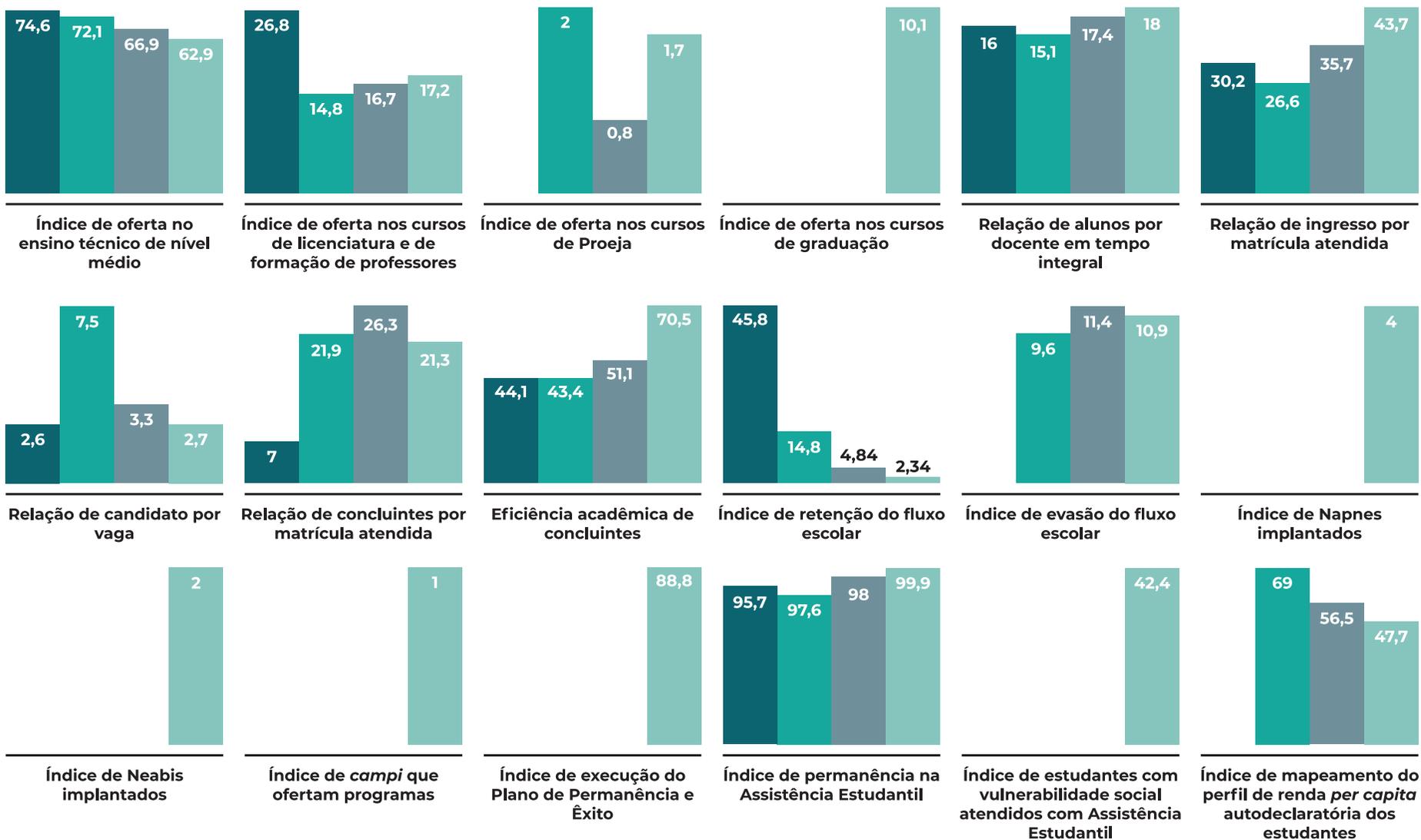
Principais obstáculos para o alcance dos objetivos

Algumas das metas estabelecidas para 2019 não foram alcançadas, no entanto isso não prejudicou o cumprimento do objetivo estratégico, e a perspectiva é que em 2020 isso seja sanado. As principais causas são a indefinição de um sistema único de dados acadêmicos para toda a instituição e o contingenciamento orçamentário.

Principais desafios para o futuro

- Definição de sistema de dados acadêmicos único para a instituição;
- Ampliação nas ofertas de cursos Proeja;
- Melhoria na relação aluno-professor (RAP); e
- Melhoria na relação candidato-vaga.

FIGURA 20 – SÉRIE HISTÓRICA DOS INDICADORES DO ENSINO



LEGENDA

- 2016
- 2017
- 2018
- 2019

Objetivo Estratégico: fortalecer as ações da pesquisa aplicada, da pós-graduação e da inovação em prol do desenvolvimento social, cultural, econômico e científico da Região Norte

METAS PARA O EXERCÍCIO

Ampliar 10% ao ano o quantitativo de Grupos de Pesquisas Institucionais.
Ofertar, no mínimo, um programa institucional de pesquisa para discentes e um para servidores.
Atingir o quantitativo de 15 projetos de pesquisa com financiamento externo.
Alcançar o quantitativo de dois periódicos científicos institucionais.
Alcançar o quantitativo de 220 publicações científicas de servidores.
Ofertar três cursos lato sensu.
Ofertar três cursos stricto sensu.
Alcançar um projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) por ano.
Alcançar dois registros de propriedade intelectual por ano.

Principais resultados alcançados

- Desenvolvimento de **33 projetos de pesquisa**, sendo 28 com fomento institucional, pelo **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibict)**, e 5 de forma voluntária, pelo **Programa Institucional Voluntário de Ini-**

ciação Científica e Tecnológica (Pivict);

- Desenvolvimento de **seis projetos de pesquisa aplicada** pelo **Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Aplicada Docente (Pipad);**
- Financiamento de **três projetos de pesquisa**, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de **energia renovável;**
- Fomento de **três grupos de pesquisa** para o desenvolvimento de pesquisa aplicada e de inovação por meio de grupos de pesquisa (**GP Inovação**);
- Oferta de **quatro cursos de especialização: Informática na Educação, Gestão Pública Municipal e Ensino da Matemática**, ambos na modalidade EaD; e **Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis**, de forma presencial;
- Oferta de **três cursos stricto sensu: Mestrado em Educação**, em associação com a Universidade Estadual de Roraima; **Mestrado em Agroecologia**, em associação com a Universidade Estadual de Roraima e a Embrapa-RR; e **Mestrado em Educação Profis-**

sional e Tecnológica (ProfEPT);

- Depósito, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de **1 pedido de patente** (BR 10 2019 024974 9), **3 registros de software** (512019002929-1, 512019002911-9 e 512019003033-8) e **1 registro de marca institucional** (918605547);
- **418 publicações** científicas oriundas de servidores;
- Desenvolvimento de **15 projetos com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, sendo 10 no **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti)** e 5 no **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)**;
- **Três periódicos institucionais:** Norte Científico, Anais do Fórum de Integração e Revista de Empreendedorismo & Inovação;
- Publicação do *e-book* **Tópicos em Ciências Agrárias do IFRR**;
- Cadastramento de **18 grupos de pesquisa** do IFRR no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq;

- **Dois projetos de pesquisa em parceria com outras instituições**, sendo um com o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (Iphan)**, para desenvolvimento do projeto “Memórias do meu lugar: Patrimônio Cultural e Território em Roraima”, e outro entre o CBV e o **Instituto Socio-ambiental**.

FIGURA 21 – EVOLUÇÃO DE REGISTROS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

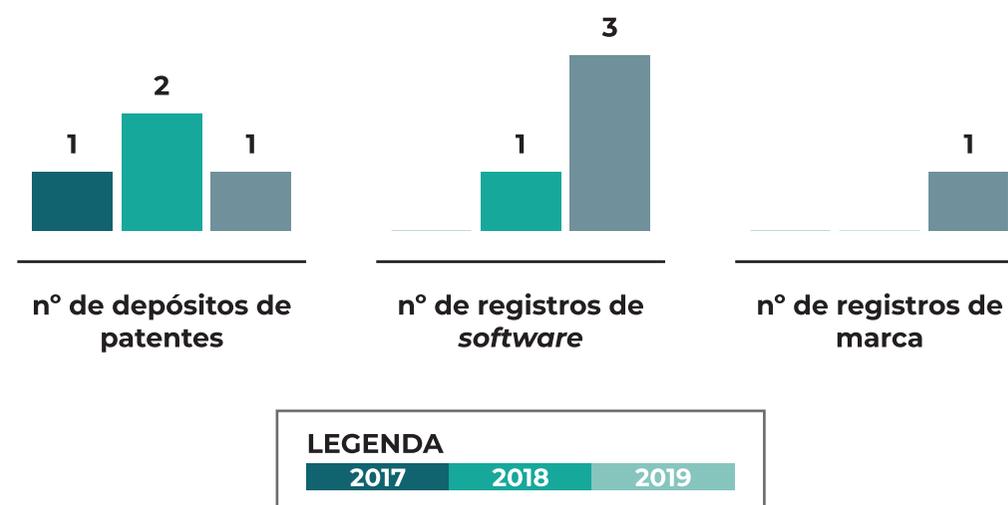
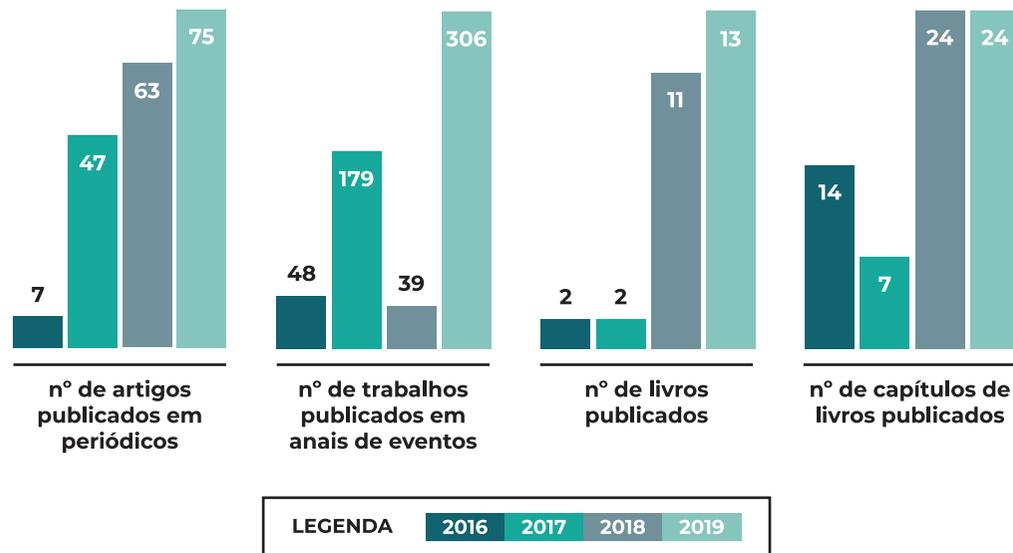


FIGURA 22 – EVOLUÇÃO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS



- Replanejamento das ações;
- Redirecionamento de recursos, após descongestionamento, a fomentos de pesquisa selecionados em editais institucionais.

Desafios futuros

- Fortalecimento da pesquisa aplicada no IFRR;
- Minimização dos impactos relacionados ao distanciamento geográfico dos centros mais desenvolvidos do País.

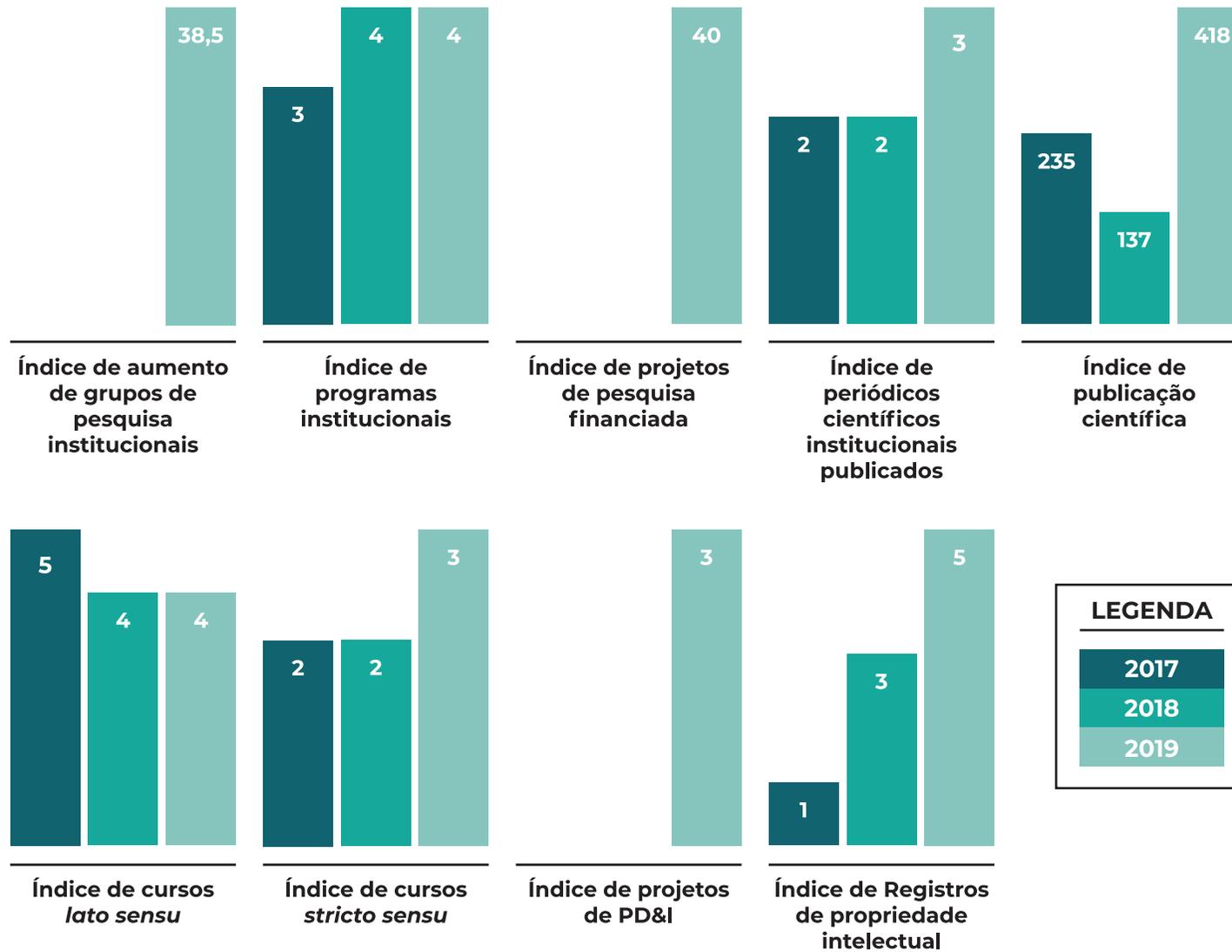
Principais obstáculos para o alcance dos objetivos

- Contingenciamento de recursos orçamentários;
- Atraso na entrega de materiais/equipamentos necessário para o desenvolvimento de algumas atividades de pesquisa.

Medidas tomadas para o enfrentamento

- Redução na oferta de bolsas de pesquisa;

FIGURA 23 – SÉRIE HISTÓRICA DOS INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO



Objetivo Estratégico: ampliar e fortalecer as ações de extensão do IFRR em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, para a solução de questões regionais

METAS PARA O EXERCÍCIO
Atingir 50% de docentes envolvidos com as ações de extensão.
Atingir 17% de alunos envolvidos com as ações de extensão.
Aumentar em 15% as ações de extensão desenvolvidas no IFRR.
Aumentar em 15% o público beneficiado com as ações de extensão.
Atingir 25% de egressos inseridos no mundo de trabalho.
Pré-incubar cinco novos projetos por ano.
Aumentar em 17% o total de cursos FIC e livres ofertados.
Celebrar, por ano, cinco novas parcerias com instituições públicas, privadas e movimentos sociais organizados.

Principais resultados alcançados

- **17 cursos FIC** ofertados;
- **13.652 pessoas** beneficiadas com as **239 ações** de extensão;
- Realização de diversos **projetos de extensão**, com ou sem bolsa;

- Lançamento da **incubadora de empresas** do IFRR, a Koneka;
- Realização dos **Jogos Intercampi** e participação do IFRR na etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais;
- Realização do **VIII Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação**, envolvendo todas as unidades do IFRR;
- Realização de diversos eventos institucionais, como o **IF Comunidade**, a **Semana de Empreendedorismo e Inovação**, a **Feira de Empreendedores e Encontro de Egressos**, entre outros.

Principais obstáculos para o alcance dos objetivos

- Contigenciamento dos recursos orçamentários;
- Baixo amadurecimento institucional sobre o processo de incubação.

Medidas tomadas para o enfrentamento

- Apoio a projetos pré-incubados (mais de 40) pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvi-

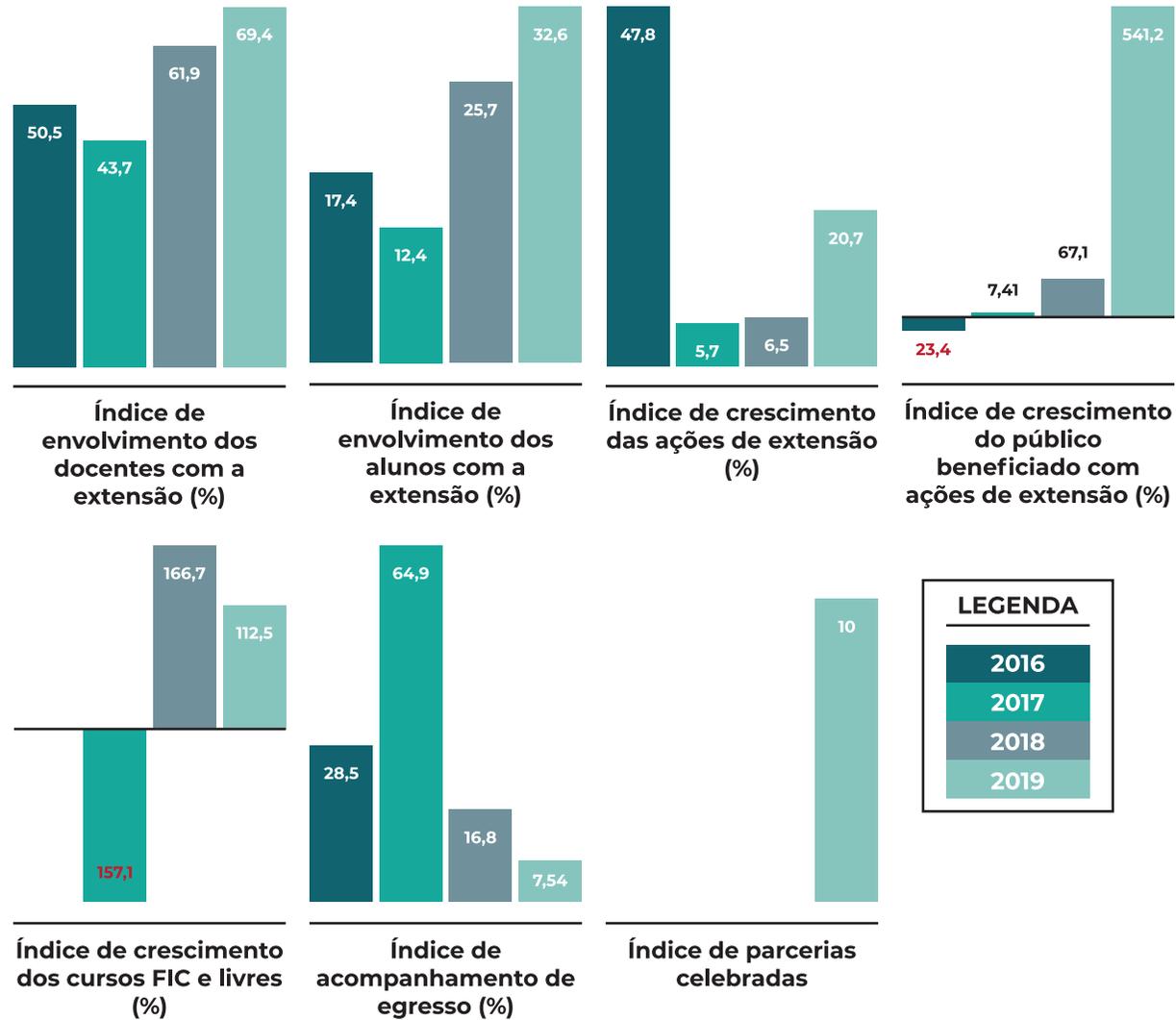
mento Sustentável (Cieds), bem como acompanhamento da criação e do desenvolvimento do framework (de pré-incubação) criado pelo CIEDS, que será adaptado e desenvolvido

- pelo IFRR em 2020;
- Realização de reuniões com parceiros-chave para apoio às ações de incubação de negócios (Sebrae, UFRR, Mangai *Coworking*, Plataforma 8 *Workspace*);
- Realização de eventos com temática voltada para o empreendedorismo.

Desafios futuros

- Realização de um efetivo acompanhamento de egressos;
- Consolidação da atuação do Observatório do Mundo do Trabalho;
- Curricularização da extensão;
- Fortalecimento do Centro de Línguas e de ações de internacionalização.

FIGURA 24 – SÉRIE HISTÓRICA DOS INDICADORES DE EXTENSÃO



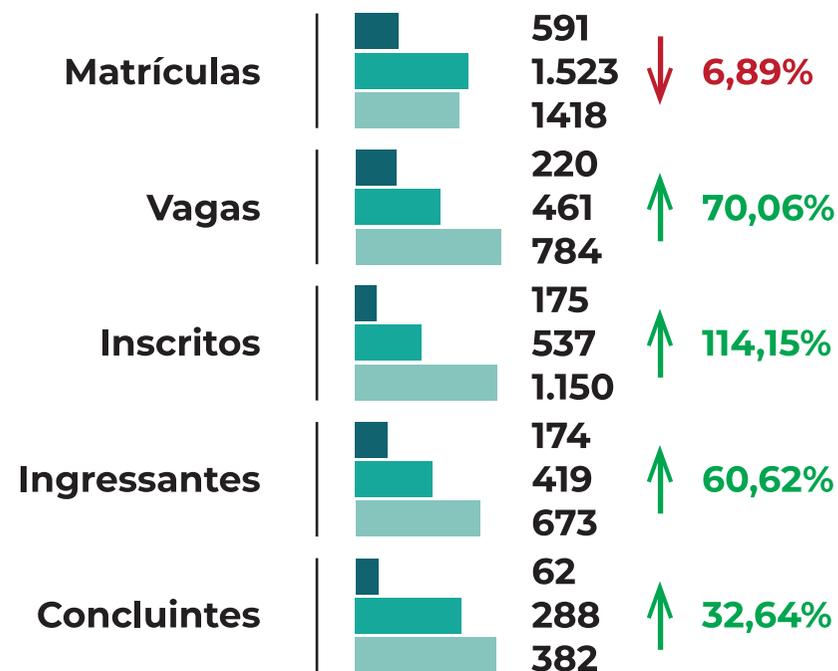
Objetivo Estratégico: ampliar a oferta de vagas nos cursos na modalidade a distância e sua inserção nos cursos presenciais

METAS PARA O EXERCÍCIO
Ampliar a oferta de vagas em cursos de extensão em 50% na modalidade de Educação a Distância.
Ampliar as matrículas em cursos de graduação em 10% na modalidade de Educação a Distância com recursos de fomento da UAB e esforço próprio.
Ampliar as matrículas em cursos de pós-graduação em 10% na modalidade de Educação a Distância com recursos de fomento da UAB e esforço próprio.
Atingir 2% do número de servidores e colaboradores externos capacitados para atuar em EAD.
Disponibilizar materiais didáticos em 5% dos componentes curriculares para os cursos técnicos subsequentes e os cursos superiores ofertados na modalidade EAD.
Reduzir o índice de evasão para 45%.
Padronizar e normatizar um processos em EAD.
Fomentar a garantia da disponibilidade do serviço do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em 90%.
Fomentar o credenciamento de sete polos de EAD institucionalizados.
Atingir a relação de cinco alunos por computador em cada turma ofertada nos polos.

Principais resultados alcançados

- Oferta de 11 curso na modalidade EAD, com o alcance dos dados apresentados na figura abaixo.

FIGURA 25 – SÉRIE HISTÓRICA DE DADOS RELACIONADOS À EAD



LEGENDA

2017	2018	2019
------	------	------

Principais obstáculos para o alcance dos objetivos

- Contigenciamento de recursos;
- Não disponibilização de editais de fomento de ofertas em EAD;
- Equipe de EAD reduzida;
- Precariedade na infraestrutura física e tecnológica nos municípios de Roraima, e, por consequência, no acesso a internet.

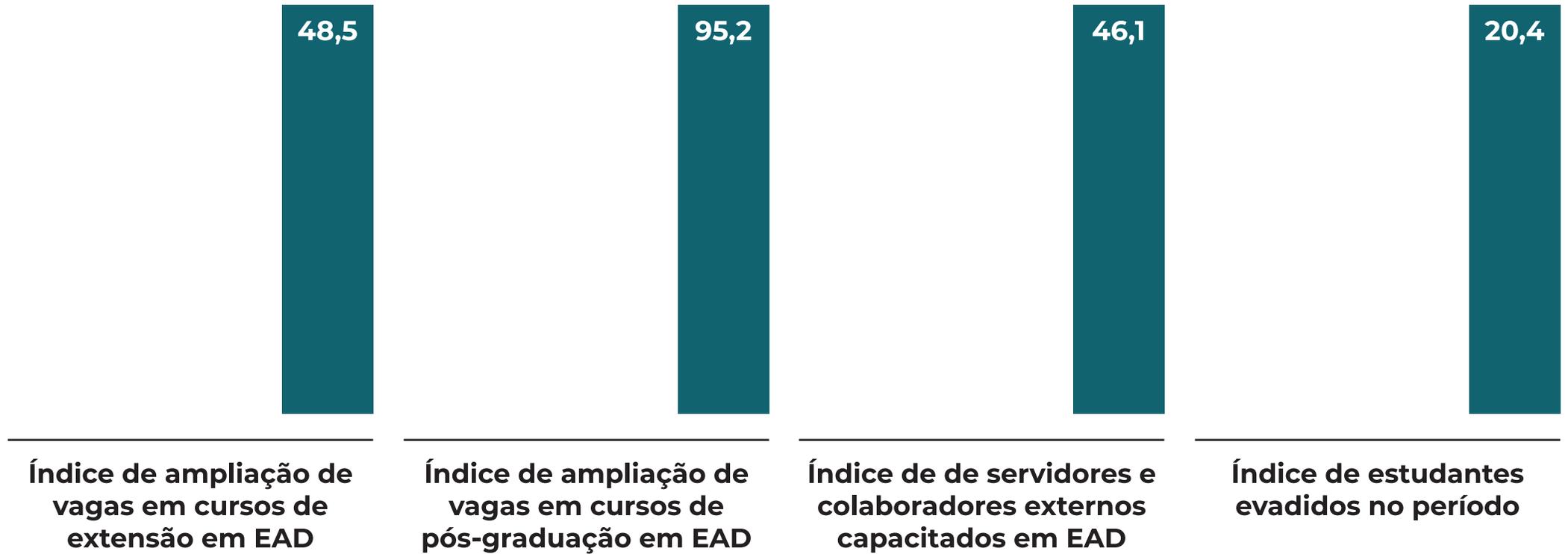
Desafios futuros

- Estruturação da equipe de EAD nas unidades, inclusive Reitoria;
- Elaboração e disponibilização de materiais didáticos;
- Estruturação dos pólos; e
- Normatização interna sobre a oferta de carga horária em EAD nos cursos presenciais.

Medidas tomadas para o enfrentamento

- Capacitação e visitas técnicas;
- Ampliação de prazos para inscrições e remanejamento de vagas ociosas;
- Participação de estudantes em eventos relacionados à EAD;
- Visita domiciliar a estudantes;
- Assinatura de convênio com prefeitura;
- Manutenção de computadores e atualização de sistemas.

FIGURA 26 – RESULTADOS DOS INDICADORES DE EAD NO EXERCÍCIO



4.2 DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS INSTITUCIONAIS EM 2019

4.2.1 Gestão Orçamentária e Financeira

QUADRO 09 – PROGRAMAS E AÇÕES NO IFRR

PROGRAMAS DE GOVERNO		AÇÕES DE GOVERNO	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181	Aposentadorias e Pensões Civas da União
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programa
2080	Educação de Qualidade para Todos	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação
		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal
		2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civas, Empregados, Militares
		20TP	Ativos Civas da União
		212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civas, Empregados, Militares dos Ex Territórios
		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

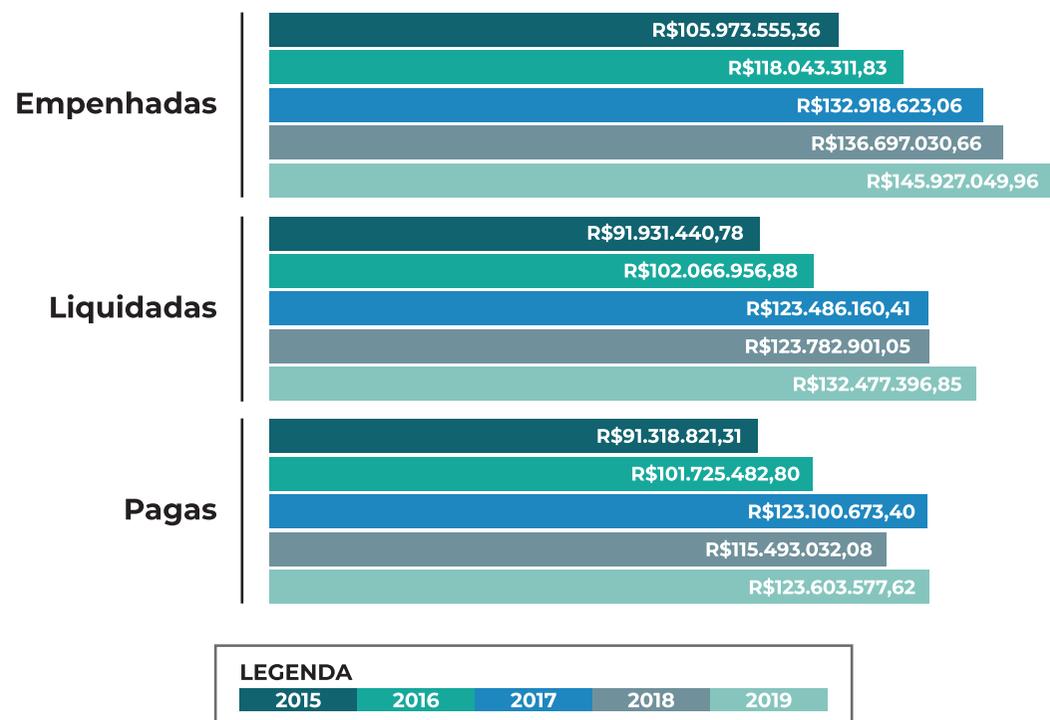
Execução orçamentária e financeira

A execução no IFRR ocorreu de forma descentralizada, visto que as unidades gestoras têm relativa autonomia para a gestão da dotação a elas consignadas.

- » 158152 - Reitoria
- » 158350 - Campus Boa Vista (CBV)
- » 158351 - Campus Novo Paraíso (CNP)
- » 158352 - Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)
- » 158510 - Campus Amajari (CAM)

Na estrutura organizacional, o IFRR conta ainda com o *Campus Avançado Bonfim (CAB)*, mas, devido a sua peculiaridade, todas as despesas executadas nessa unidade são contabilizadas na Reitoria, por meio de uma Unidade Gestora Responsável (UGR).

FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFRR



Fonte: Relatório Tesouro Gerencial - MEC

Embora a figura acima apresente uma tendência de crescimento nas despesas empenhadas ao longo dos anos, isso não reflete um orçamento equilibrado, porque o orçamento defi-

nido para cada exercício é mínimo diante dos impactos econômicos que sobrevém ao IFRR, por exemplo, o aumento das despesas com serviços terceirizados de locação de mão de obra e outros serviços essenciais ao funcionamento da instituição, além das perdas orçamentárias para a permanência e êxito dos estudantes matriculados, em especial os *campi* do interior.

Análise das principais ações de responsabilidade da instituição – OFSS

A Lei Orçamentária Anual (LOA) consignou ao IFRR dotação orçamentária inicial de R\$ 139.113.798,00. Contudo, as suplementações e os remanejamentos de dotações redimensionaram o orçamento para R\$ 145.438.347,00, o que representou um aumento de dotação de aproximadamente 4,55% ao final do exercício.

FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFRR

2016	R\$127.842.958,00	R\$143.914.195,00
2017	R\$129.719.715,00	R\$146.690.916,00
2018	R\$127.794.724,00	R\$135.533.976,00
2019	R\$139.113.798,00	R\$145.438.347,00

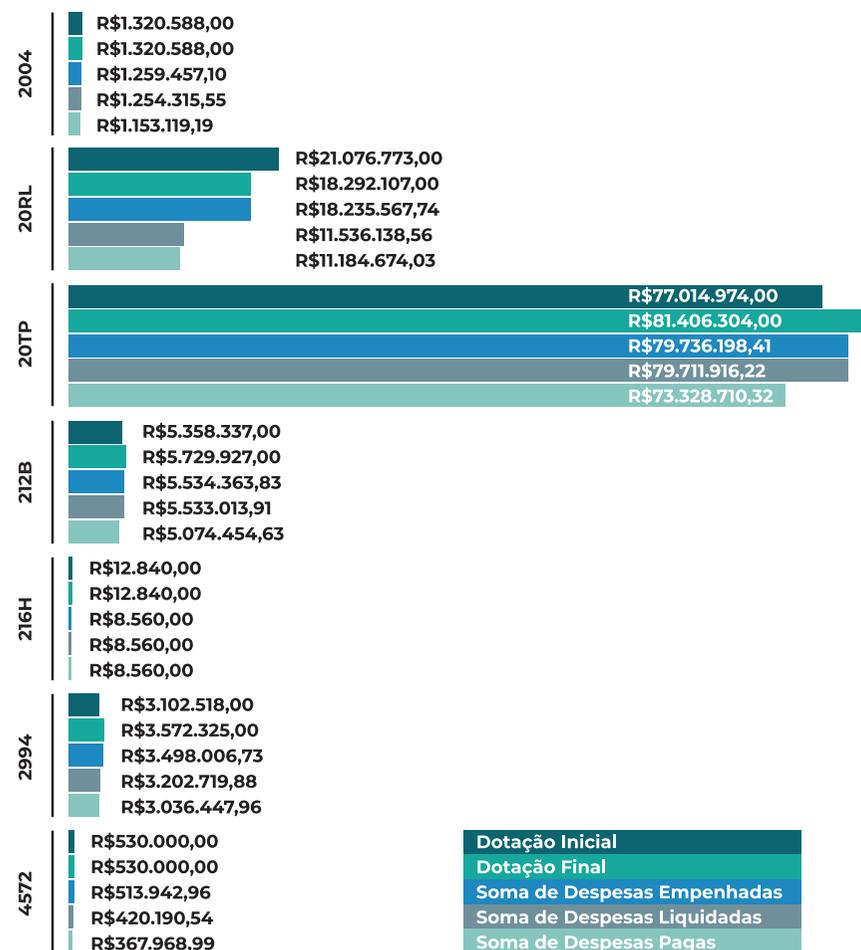
Dotação Inicial
Dotação Atualizada

Fonte: Tesouro Gerencial

As ações executadas pelo IFRR tiveram três tipos de indicação: **atividades, projetos e operações especiais.**

Execução das ações do tipo ATIVIDADES

FIGURA 29 – EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO TIPO ATIVIDADE



Fonte: Relatório Tesouro Gerencial – MEC

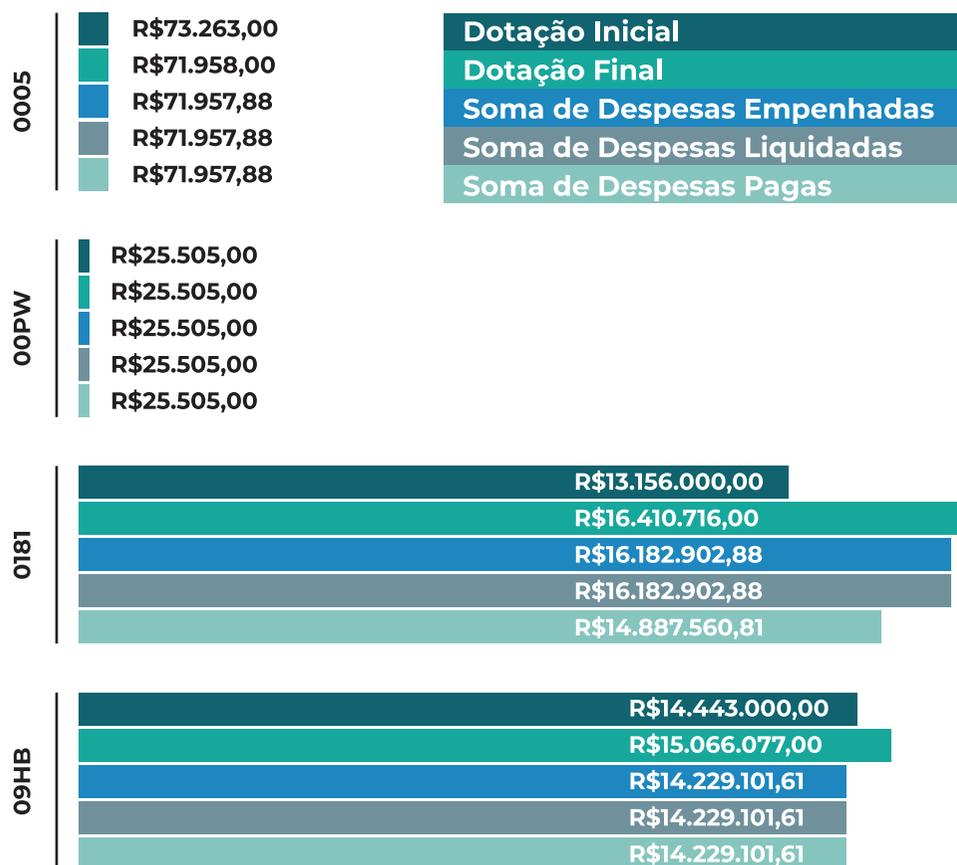
A **Ação de Funcionamento** (20RL) teve um aumento de 7,29% em comparação a 2018. No entanto, esse aumento não foi suficiente para cobrir o déficit causado pelo aumento nos valores dos serviços contratuais, que vêm sofrendo reajuste anualmente, onerando bastante o gasto com os serviços continuados.

A **Ação Assistência Estudantil** (2994) foi rateada entre os cinco *campi*, assim distribuídos: CNP, 40%; CAM, 29%; CBV, 25%; CBVZO, 5%; e CAB, 1%. Reforçamos que as dotações da Assistência Estudantil foram insuficientes para atender às demandas. Por isso, nos últimos anos houve a necessidade de realizar remanejamento de dotação para complementar essa ação.

A **Ação Capacitação** (4572) foi distribuída conforme as necessidades e as prioridades, com foco na melhoria do bem-estar dos servidores e na consequente qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Execução das ações do tipo OPERAÇÕES ESPECIAIS

FIGURA 30 – EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO TIPO OPERAÇÕES ESPECIAIS

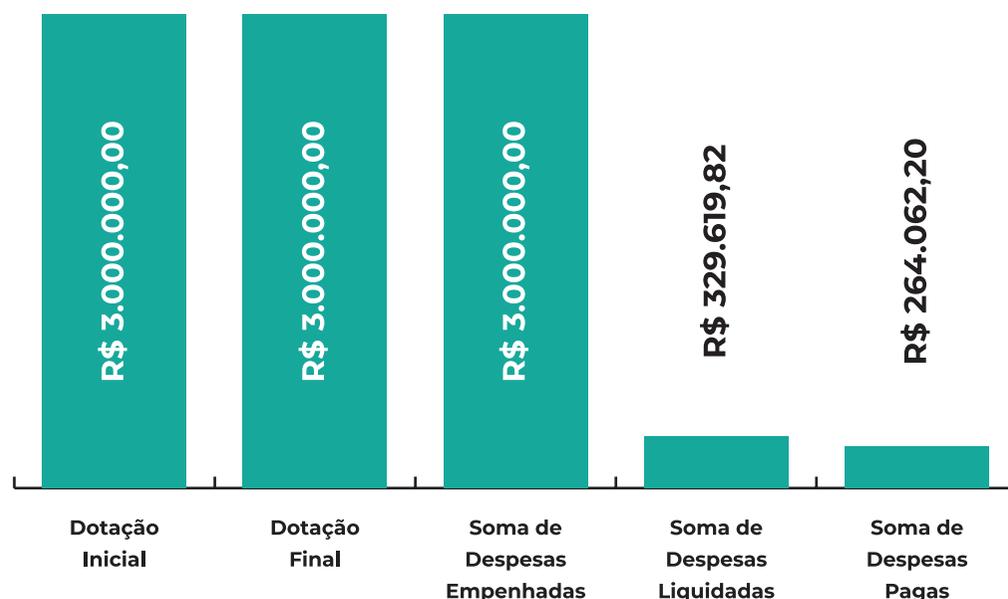


Fonte: Relatório Tesouro Gerencial – MEC

A execução desse tipo de ação no IFRR é realizada apenas na Reitoria, sendo: (0005) – Precatórios de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado; (00PW) – Pagamento da Anuidade do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); (0181) – Aposentadorias e Pensões Civis; e (09HB) – Contribuição do IFRR para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Com exceção da ação 00PW, todas são despesas de pessoal.

Execução das ações do tipo PROJETO

FIGURA 31 – EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO TIPO PROJETO



Fonte: Relatório Tesouro Gerencial – MEC

A única ação do tipo Projeto no IFRR foi a de Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal (20RG), cujo valor consignado proveio de emendas parlamentares individuais. Foram empenhados 100% da dotação final, liquidados aproximadamente 11% e pagos 80% dos valores liquidados. Os fatores preponderantes para o baixo percentual de liquidação dizem respeito aos muitos contratos firmados apenas no fim do último trimestre, devido ao andamento processual.

Despesas Executadas por Grupo de Despesa

No caso do IFRR, as despesas de 2019 foram agregadas nos seguintes grupos:

Grupo de Despesa: 1 – Pessoal e Encargos Sociais

FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



Fonte: Relatório Tesouro Gerencial – MEC

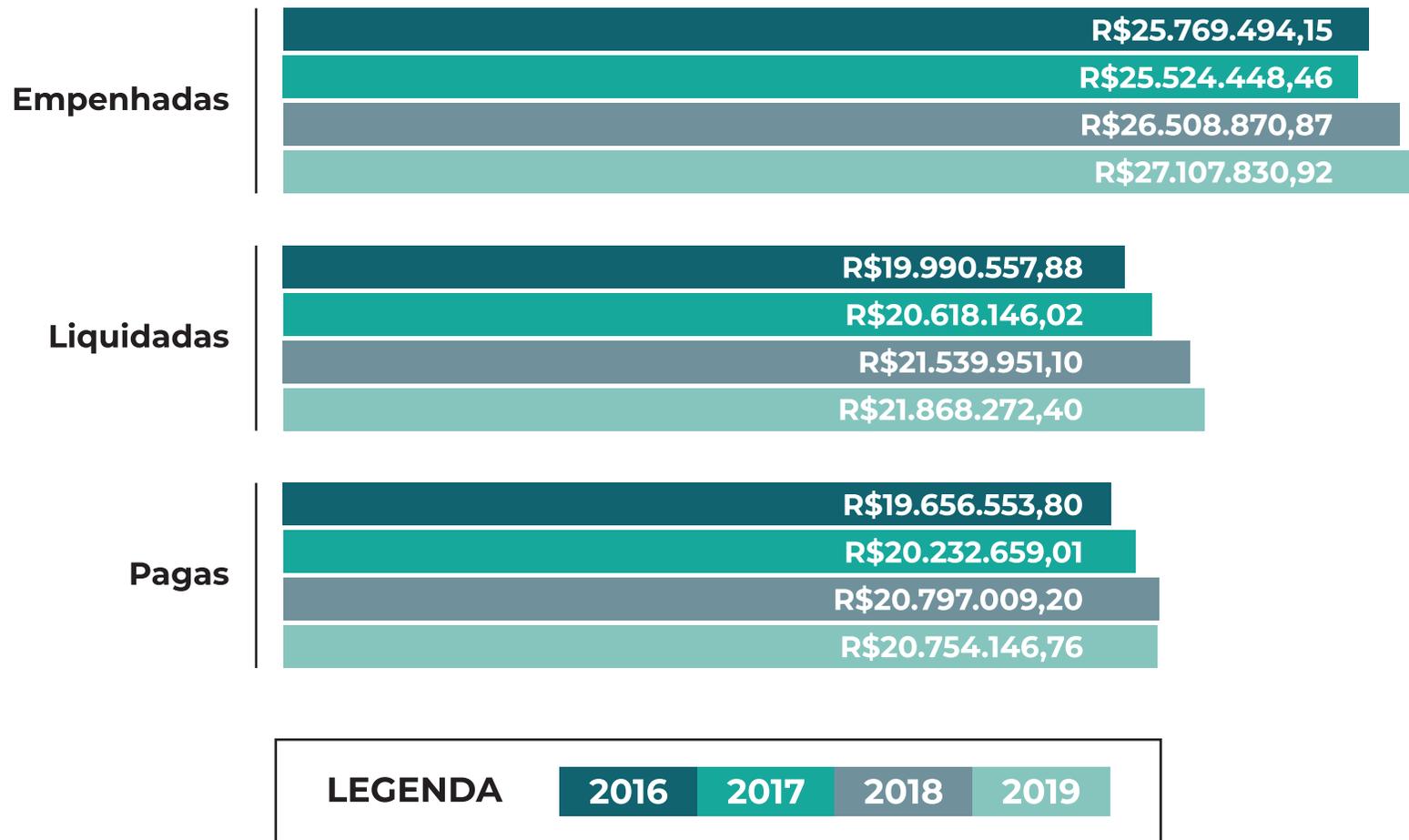
As despesas empenhadas nesse grupo sempre representaram a maior fatia do orçamento do IFRR. Em 2019, o impacto de despesas empenhadas no grupo em relação aos demais foi de **75,48%**.

QUADRO 10 – DETALHAMENTO DAS DESPESA PAGAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DETALHAMENTO	2018 (R\$)	2019 (R\$)
Reitoria		
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	65.846.068,26	68.115.540,86
Obrigações patronais	14.014.297,09	14.229.158,40
Aposent. rpps, reser. remuner. e refor. militar	11.365.376,56	13.888.519,36
Contratação por tempo determinado – pessoal civil	1.984.577,87	2.570.200,65
Despesas de exercícios anteriores	58.803,06	2.113.012,54
Pensões do rpps e do militar	621.766,80	608.057,89
Outras despesas variáveis – pessoal civil	471.732,11	424.686,31
Contribuição a entidade fechada previdência	159.957,69	200.464,34
Sentenças judiciais	33.833,03	163.256,21
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	130.850,41	132.476,18
Total	94.687.262,88	102.445.372,74

Fonte: Tesouro Gerencial

FIGURA 33 – EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Relatório Tesouro Gerencial – MEC

Em 2019, o impacto de despesas empenhadas nesse grupo em relação aos demais foi de **18,58%**.

QUADRO 11 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS NO GRUPO OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DETALHAMENTO	2018 (R\$)	2019 (R\$)
REITORIA	9.332.329,37	9.403.289,58
Auxílio-alimentação	3.347.361,40	3.254.083,26
Outros serviços de terceiros PJ – op. int. orçamentária	658.428,62	1.182.273,58
Indenizações e restituições	1.223.149,15	1.151.604,87
Locação de mão de obra	729.188,67	865.275,59
Auxílio-transporte	906.325,91	862.374,42
Outros benefícios assist. do servidor e do militar	587.500,40	625.542,96
Demais despesas	1.880.375,22	1.732.134,90
CAMPUS BOA VISTA	4.344.167,48	4.509.524,80
Locação de mão de obra	2.108.753,36	1.744.968,01
Outros serviços de terceiros PJ – op. int. orçamentárias	1.142.630,58	1.315.446,50
Material de consumo	52.049,14	569.363,66
Demais despesas	1.040.734,40	879.746,63
CAMPUS NOVO PARAÍSO	3.639.184,57	3.101.582,91
Passagens e despesas com locomoção	1.136.482,02	1.113.764,54
Locação de mão-de-obra	1.196.201,90	1.052.098,13
Outros serviços de terceiros PJ - op. int. orçamentárias	962.308,47	730.248,51

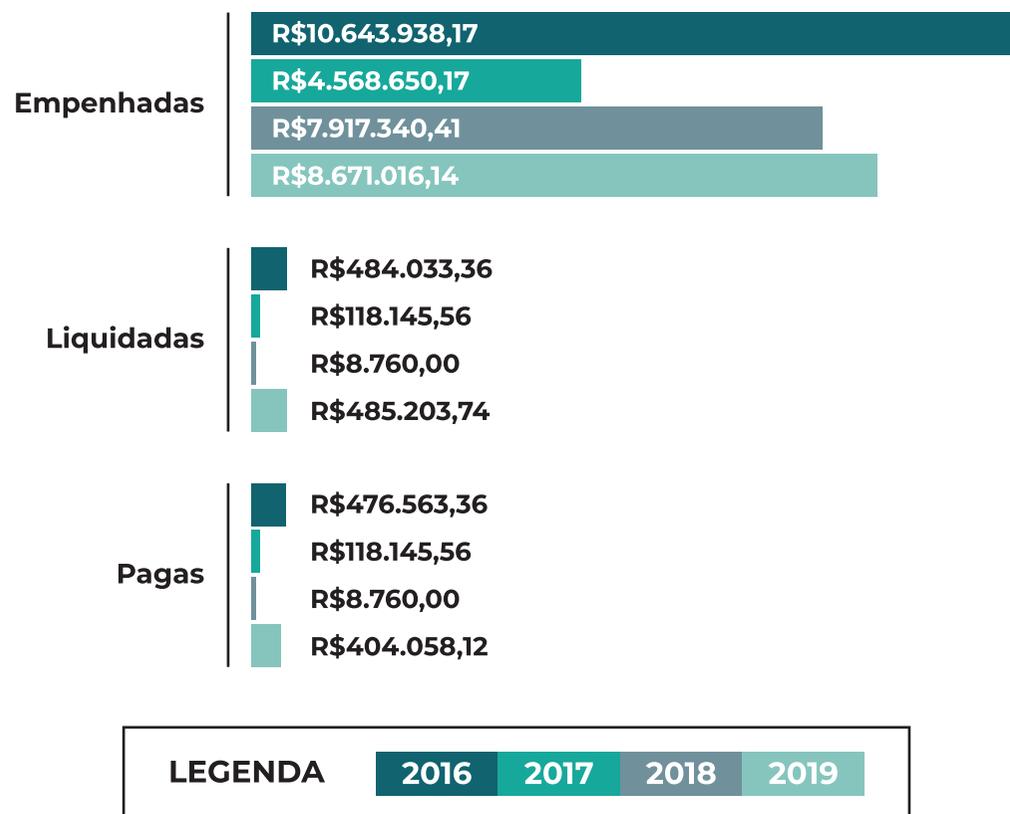
Demais despesas	344.192,18	205.471,73
CAMPUS AMAJARI	2.331.181,54	2.485.840,63
Locação de mão de obra	877.843,56	1.052.678,88
Outros serviços de terceiros PJ – op. int. orçamentárias	632.170,74	747.163,29
Passagens e despesas com locomoção	453.818,15	441.378,13
Demais despesas	367.349,09	244.620,33
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	1.150.146,24	1.253.908,84
Locação de mão de obra	611.496,75	718.319,69
Outros serviços de terceiros PJ – op. int. orçamentárias	223.690,96	292.171,22
Auxílio financeiro a estudantes	223.999,80	201.685,53
Demais despesas	90.958,73	41.732,40
TOTAL	20.797.009,20	20.754.146,76

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro 11 apresenta os valores de elementos de despesas divididos por Unidades Executoras. Foram demonstrados os elementos de despesas por ordem decrescente de valor pago até atingir o mínimo de 80%. O restante consta nas “demais despesas”. Os valores pagos em 2019 pelo IFRR sofreram uma redução de 0,21% em relação aos valores pagos em 2018.

Grupo de Despesa: 4 – Investimentos

FIGURA 34 – EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Fonte: Relatório Tesouro Gerencial - MEC

Em 2019, houve um crescimento devido ao aumento de recebimento de recursos extraorçamentários recebidos por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

QUADRO 12 – DETALHAMENTO DESPESAS PAGAS NO GRUPO INVESTIMENTO

DETALHAMENTO	2018 (R\$)	2019 (R\$)
REITORIA		202.772,50
Obras e instalações		136.415,73
Equipamentos e material permanente		66.356,77
CAMPUS BOA VISTA	810,00	59.478,79
Equipamentos e material permanente	810,00	59.478,79
CAMPUS NOVO PARAÍSO	7.950,00	21.116,50
Equipamentos e material permanente	7.950,00	19.001,65
Despesas de exercícios anteriores		2.114,85
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE		120.690,33
Obras e instalações		82.333,58
Equipamentos e material permanente		38.356,75
TOTAL	8.760,00	404.058,12

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaques orçamentários

Destaque ou descentralização externa de créditos é a nomenclatura utilizada quando a operação envolve unidades

gestoras de órgãos, ministérios ou entidades de estruturas administrativas diferentes, ou seja, é a movimentação de créditos entre órgãos diferentes.

QUADRO 13 – DESTAQUES RECEBIDOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR EMPENHADO
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	R\$ 77.017,36
Inst. do Patrim. Hist. e Artístico Nacional	R\$ 35.000,00
Ministério da Educação	R\$ 3.612.150,34
TOTAL	R\$ 3.724.167,70

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO 14 – OBJETOS PACTUADOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	GRUPO DESPESA	INSTRUMENTO	OBJETO	VALOR EMPENHADO
MEC/Setec	Investimento	TED 8613	Equipamento e mobiliário	R\$ 1.345.451,45
MEC/Setec	Investimento	TED 8614	Geradores de energia solar fotovoltaicos	R\$ 1.547.353,62
MEC/Setec	Investimento	TED 8492	Veículo - tipo ônibus/micro-ônibus	R\$ 719.345,27
Iphan	Custeio	TED 01/2019	Projeto Memórias do Meu Lugar	R\$ 35.000,00
Fucapes/DF	Custeio	TED 7204	Implantação e desenv. sistema UAB	R\$ 75.382,88
Fucapes/DF	Custeio	TED 8566	Implantação e desenv. sistema UAB	R\$ 1.634,48
FNDE	Custeio	PNAE	Programa Nacional Alimentação Escolar	0,00
TOTAL				R\$ 3.724.167,70

Fonte: Siafi

Destaques concedidos

O IFRR pactuou termo de cooperação com o Instituto Federal do Espírito Santos cujo objeto foi custear a infraestrutura,

a hospedagem e a alimentação dos alunos participantes da etapa nacional dos Jogos das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em Guarapes (ES).

QUADRO 15 – OBJETOS PACTUADOS

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Outras Despesas Correntes	R\$ 20.724,00	R\$ 20.724,00	R\$ 20.724,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF)

O DPOF estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, ou seja, poderá contingenciar as despesas autorizadas, que consiste no retar-

damento ou impedimento da execução de parte das despesas discricionárias previstas na LOA, em razão da insuficiência de receitas.

Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação autorizada e o limite para movimentação e empenho.

QUADRO 16 – CONTIGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO

VALORES CUMULATIVOS (R\$)	DEC. N.º 9.711 15/FEV	DEC. N.º 9.741 29/MAR	DEC. N.º 9.809 30/MAI	DEC. N.º 9.943 30/JUN	DEC. N.º 10.028 26/SET	DEC. N.º 10.079 23/OUT	DEC. N.º 10.119 21/NOV
Dotação Autorizadas	25.179.402,00	25.179.402,00	25.179.402,00	25.179.402,00	25.179.402,00	25.179.402,00	25.179.402,00
Limite Mov. Empenho Recebido	4.022.362,00	8.030.445,00	12.536.534,00	14.544.145,00	18.960.889,00	22.976.113,00	25.179.402,00
Contingenciamento	21.157.040,00	17.148.957,00	12.642.868,00	10.635.257,00	6.218.513,00	2.203.289,00	0,00
Contingenciamento	84%	68%	50%	42%	25%	9%	0%

Fonte: Tesouro Gerencial

Principais impactos do contingenciamento e as medidas mitigadoras adotadas

O contingenciamento em 2019 foi moderado, afetando a execução sem muitos prejuízos, porém as liberações das cotas de limites, conforme os decretos de programação orçamentária e financeira, deixaram a gestão da instituição apreensiva,

pois não tinha certeza da liberação de todo o limite. Isso fez que ela adotasse diversas medidas de otimização dos recursos. seguem alguns exemplos:

- Realização de cursos de capacitação, workshops e oficinas relacionados a ferramentas de gestão;
- Elaboração e execução do Plano Anual de Compras,

priorizando as compras de forma compartilhadas por SRP;

- Revisão de contratos e replanejamento de ações.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

A execução orçamentária e financeira no âmbito do IFRR ocorre de forma descentralizada, conferindo aos gestores dos *campi* e da Reitoria maior assertividade e celeridade na execução do orçamento.

Nesse contexto, os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades gestoras em 2019 guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis às matérias. O IFRR tem incentivado a adoção de medidas com vistas à conformidade dos atos de gestão, a exemplo da disseminação de orientações técnicas e elaboração de normativos internos e do aprimoramento dos controles internos de forma a nortear o desenvolvimento das atividades, além de outras ações pontuais.

Principais desafios e ações futuras

- Manutenção do bom funcionamento de toda a estru-

tura do IFRR, mesmo diante das incertezas do cenário econômico do País;

- Aprimoramento da gestão orçamentária e financeira no âmbito do IFRR;
- Redução de custos com a aplicação de boas práticas;
- Promoção de melhoria nas contratações de bens e serviços;
- Aprimoramento do processo de transparência por meio da divulgação dos resultados alcançados.

4.2.2 Gestão de Pessoas

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e com as demais normas inerentes à gestão de pessoas, o IFRR observa e aplica em seus processos as orientações, as recomendações, as determinações e os atos normativos estabelecidos ou referendados pelo governo federal e pelos órgãos de controle. Assim, a instituição acompanha diariamente as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal do Ministério da Economia,

órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), e as matérias que tratam da legislação afeta à área de pessoal.

Apontamento dos órgãos de controle

Os atos de pessoal periodicamente são submetidos às auditorias dos órgãos de controle como o TCU, a CGU, a Auditoria Interna e o sistema de trilhas de auditoria, de forma a corrigir eventuais inconsistências apontadas na instituição.

Em 2019 foram apurados diversos indícios como a acumulação irregular de cargos, o descumprimento de jornada de trabalho e o desrepeito à dedicação exclusiva. Foi realizada a análise da veracidade de revalidação de diplomas estrangeiros, do pagamento de auxílio-transporte, da legalidade da contratação de servidores efetivos e substitutos, bem como de aposentadorias concedidas.

Quanto aos procedimentos de conformidade, destacam-se estes:

- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda, conforme disposto na Instrução Normativa – TCU n.º 67, de 6 de julho de 2011.

- Controle e acompanhamento dos registros de informação no sistema e-Pessoal:

» Admissão: 27
» Desligamento: 21
» Aposentadoria: 17

Obs.:

Em 2019 foram aposentados 18 servidores, porém um foi cadastrado no e-Pessoal somente em janeiro de 2020 devido à aposentadoria ter ocorrido em dezembro de 2019.

- Atendimento às determinações, às recomendações e às solicitações de subsídios dos órgãos de controle interno e externo e de controle social, especificados a seguir:

» Indícios TCU: 35
» e-SIC: 24
» Subsídios judiciais: 23
» Demanda CGU: 12
» e-OUV/e-mail da Ouvidoria: 6
» SA – Auditoria Interna: 5
» MPF: 4
» Fala.BR: 3

- Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário, nos termos da Orientação Normativa SGDP/ME n.º 5, de 21 de fevereiro de 2013.

QUADRO 17 – REPOSIÇÃO AO ERÁRIO

OBJETO	N.º DE PROCESSOS	VALOR (R\$)
Recebimento indevido a título de dedicação exclusiva	1	8.636,79
Recebimento indevido a título de investimento para qualificação em curso de mestrado	1	28.251,64
Ressarcimento indevido a título de auxílio-transporte	1	904,76
Ressarcimento indevido a título de substituição	1	3.210,63
Total		41.003,82

Fonte: Siape

- Instrução, cadastro e acompanhamento de cerca de 110 processos de exercícios anteriores.

- Concessão de 953 benefícios:

» Adicionais ocupacionais: 22
» Auxílio pré-escolar: 44
» Auxílio-natalidade: 30
» Licença-gestante: 24
» Licença-paternidade: 16
» Ressarcimento à saúde suplementar: 34
» Substituição remunerada: 783

Avaliação da força de trabalho

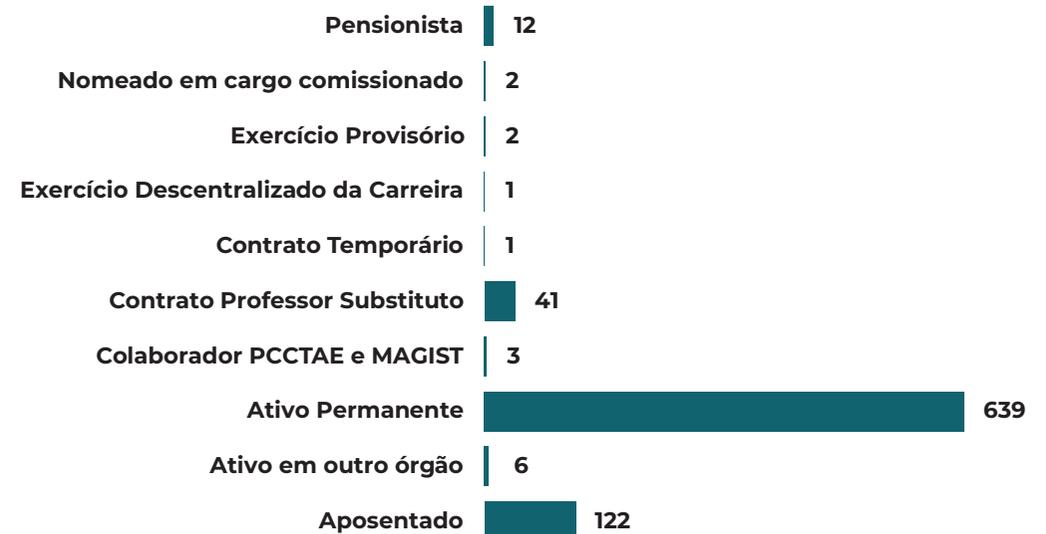
A força de trabalho do IFRR está distribuída nos cinco *campi* e na Reitoria. Para as informações a seguir, foi adotado o mês de dezembro de 2019 como referência.

QUADRO 18 – DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO				
Unidade	Docentes		Técnico Administrativo	
	Efetivo	Substituto	Efetivo	Temporário
Reitoria	0	00	120	0
CAB	14	02	13	0
CAM	37	09	40	0
CBV	142	19	120	01
CBVZO	31	03	36	0
CNP	46	08	46	0
TOTAL	270	41	375	01
	311		376	

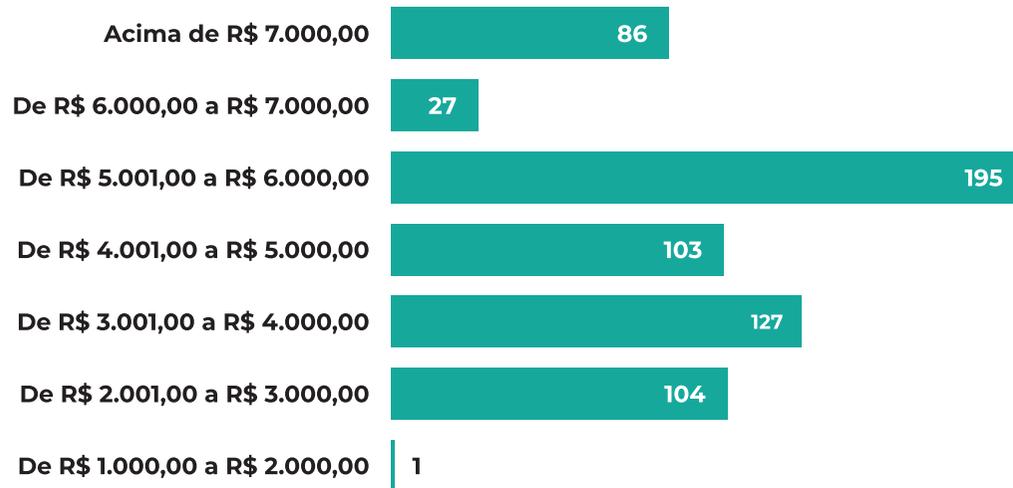
Fonte: Siape/Suap

FIGURA 35 – QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL



Fonte: Siape/Suap

FIGURA 36 - SERVIDORES EFETIVOS POR FAIXA SALARIAL DE VENCIMENTO BÁSICO



Fonte: Siape/Suap

Obs.: Não foram considerados três servidores que estavam de licença para tratar de interesses particulares.

FIGURA 37 – SERVIDORES EFETIVOS POR GÊNERO



Fonte: Siape/Suap

FIGURA 38 – SERVIDORES EFETIVOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

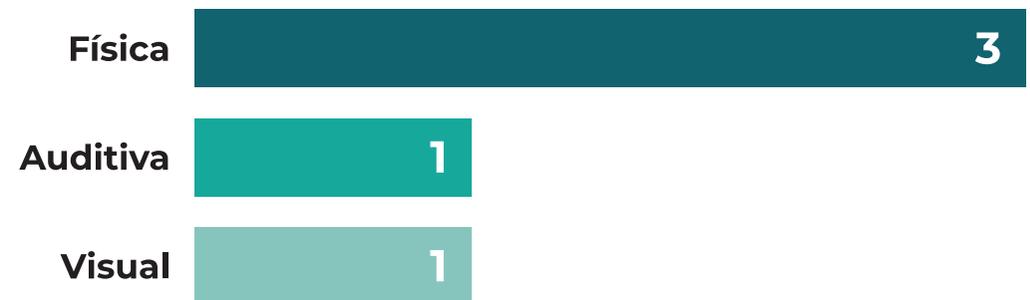
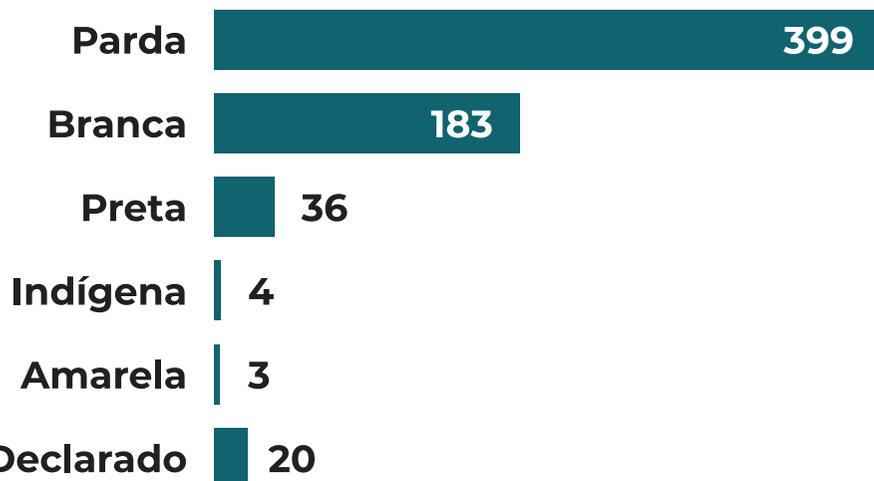


FIGURA 39 – SERVIDORES EFETIVOS POR ORIGEM ÉTNICA



Fonte: Siape/Suap

QUADRO 19 – SERVIDORES EFETIVOS POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
24-30 anos	95
31-40 anos	303
41-50 anos	131
51-60 anos	94
60-70 anos	22
Acima de 70 anos	0

Fonte: Siape/Suap

QUADRO 20 – SERVIDORES EFETIVOS DE ACORDO COM A JORNADA DE TRABALHO SEMANAL

CARGO	PROFESSOR EBTT	TAE
20h	06	04
25h	-	06
30h	-	07
40h	05	358
40h/DE	259	-

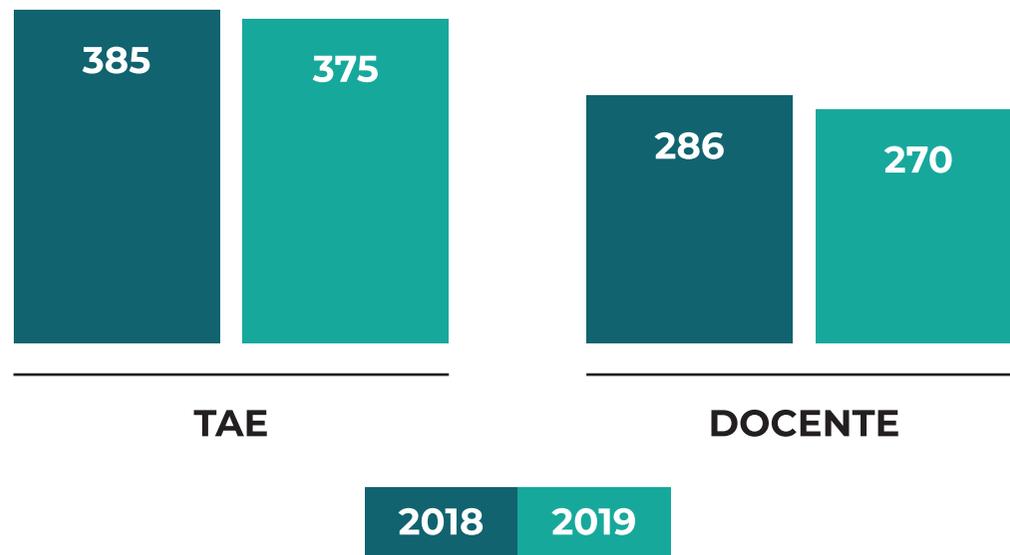
Fonte: Siape/Suap

QUADRO 21 – TITULAÇÃO DOS SERVIDORES

TITULAÇÃO	DOCENTE	PROFESSOR SUBSTITUTO	TAE	CONTRATO TEMPORÁRIO
Doutorado	39	03	02	00
Mestrado	155	16	68	00
Especialização	60	13	160	00
Aperfeiçoamento	00	00	00	00
Graduação	16	09	101	01
Ensino técnico	00	00	09	00
Ensino médio	00	00	33	00
Ensino fundamental	00	00	01	00
Ensino fundamental incompleto	00	00	01	00
TOTAL	270	41	375	01

Fonte: Suap

FIGURA 40 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO IFRR



Fonte: Relatório de Gestão 2018; Siape/Suap

Recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por meio da realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme previsto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF/88); nos arts. 9.º a 12 da Lei n.º 8.112/1990; nas leis de reestruturação das carreiras, a saber nos arts. 10º a 11 da Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de

2012; e no art. 9.º da Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que se opera nos termos dos arts. 10º a 19 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019.

Durante o planejamento e a organização do concurso público, além da análise do quantitativo de vagas livres, são observados:

- os limites do Banco de Professor Equivalente dos Decretos n.ºs 7.312, de 22 de setembro de 2010, e 8.259, de 29 de maio de 2014;
- os quantitativos do Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), instituído pelo Decreto n.º 7.311, de 22 de setembro de 2010, regulamentado pelo art. 4.º, § 1.º, do Decreto n.º 7.232, de 19 de julho de 2010; e
- a demanda dos *campi* em consonância com a política de dimensionamento de cargos estabelecida pela Portaria 246/2016/MEC.

A contratação de professor substituto é realizada mediante processo seletivo simplificado, previsto na Lei n.º 8.745, de

9 de dezembro de 1993, e ocorre para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamentos ou licenças, de acordo com o art. 14 do Decreto n.º 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de reitor, pró-reitor e diretor-geral de *campus*. O número total de contratação não poderá ultrapassar 20% do número de professores efetivos em exercício na instituição e o regime de trabalho fica limitado a 20 ou 40 horas semanais.

A movimentação interna dos servidores da instituição ocorre mediante processo de seleção de remoção a pedido, que objetiva selecionar servidores interessados em pleitear remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFRR.

QUADRO 22 – RECRUTAMENTO DE SERVIDOR

MEIO DE RECRUTAMENTO	N.º DE SERVIDORES RECRUTADOS
Concurso público do IFRR	05
Aproveitamento de concurso público	03
Processo seletivo – Professor Substituto	19
Redistribuição	05
TOTAL	32

QUADRO 23 – MOVIMENTAÇÃO INTERNA DE SERVIDORES (REMOÇÕES)

OBJETO DA REMOÇÃO	N.º DE SERVIDORES REMOVIDOS
Processo seletivo de remoção (Edital)	05
Processo administrativo (ex officio, permuta)	20
Remoção por motivo de saúde (Siass)	14
TOTAL	39

Despesas com pessoal

QUADRO 24 – DESPESAS COM PESSOAL ATIVO

TIPO DE DESPESA	VALOR (R\$)	
	2018	2019
Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	74.802.276,38	77.143.684,66
Obrigações Patronais	7.284.642,41	7.858.530,37
Contratação por Tempo Determinado	1.816.256,67	2.326.692,46
Contribuição a Entidade Fechada Previdência Complementar	250.253,07	271.125,84
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	523.463,07	460.613,39
Aplicações Diretas – Auxílios e Benefícios	6.250.622,23	6.131.378,80
Despesas de Exercícios Anteriores	66.880,15	1.749.585,78
Sentenças Judiciais	36.908,76	196.623,48
TOTAL	91.031.302,74	96.138.234,78

Fonte: Detalhamento das Despesas de Pessoal – DDP/Siape

O aumento dessa despesa refere-se ao reajuste concedido aos docentes em agosto de 2019, somado às progressões funcionais dos professores e dos técnicos, à retribuição por titula-

ção (RT), aos incentivo à qualificação (IQ), ao reconhecimento de saberes e competências (RSC), além de outras gratificações e adicionais.

QUADRO 25 – DESPESAS COM PESSOAL INATIVO

TIPO DE DESPESA	VALOR (R\$)	
	2018	2019
Aposentadoria do RPPS Reserva Remunerada Reforma Militar	12.884.939,86	15.733.815,30
Despesas de Exercícios Anteriores	-	367.477,69
TOTAL	12.884.939,86	16.101.292,99

Fonte: Detalhamento das Despesas de Pessoal – DDP/Siape

O aumento em 2019 deve-se ao reajuste concedido aos servidores docentes aposentados que recebem igual aos ativos. Incluem-se, ainda 18 aposentadorias ocorridas no decorrer do exercício.

QUADRO 26 – DESPESAS COM PENSÕES CIVIS

TIPO DE DESPESA	VALOR (R\$)	
	2018	2019
Pensões Civis	618.600,51	605.422,25
13º Salário – Pensões Civis	51.813,82	50.561,70
TOTAL	670.414,33	655.983,95

Fonte: Detalhamento das Despesas de Pessoal – DDP/Siape

A redução deve-se ao fato de pensionistas atingirem a maioria ou a falecimento.

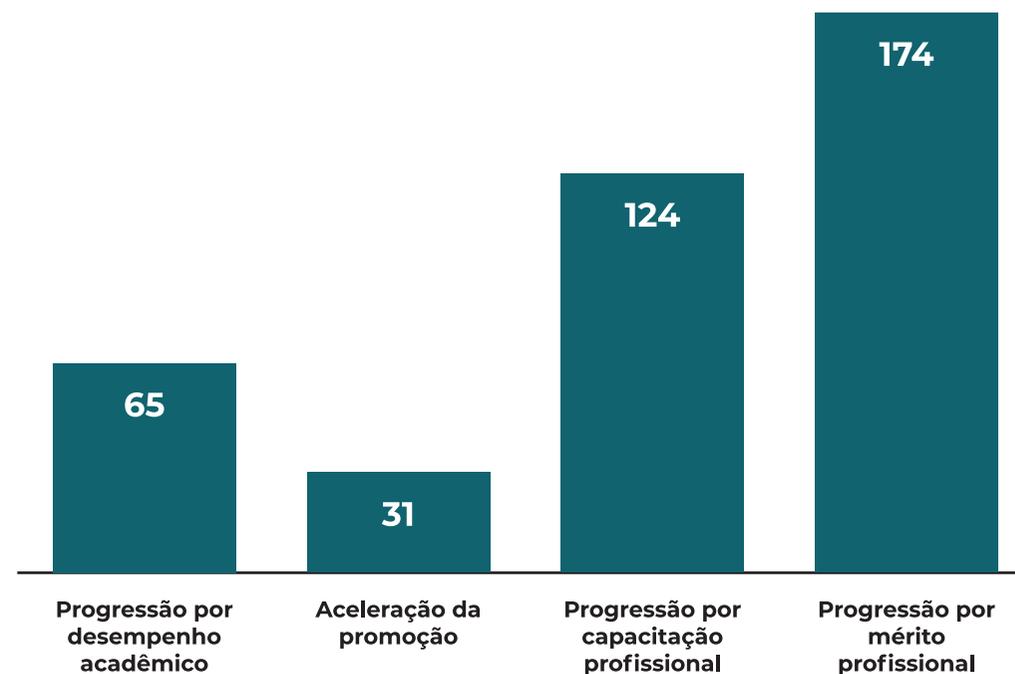
Avaliação de desempenho

A carreira do docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regulamentada pela Lei n.º 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, no qual consta o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que é estruturado em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular. Cada classe tem suas subdivisões em níveis. A passagem de um nível para o outro ou a promoção para a classe subsequente são realizadas após o interstício de 24 meses, mediante ava-

liação do desempenho.

Durante o estágio probatório, os docentes permanecem na Classe D I e, após seu término, pode haver a aceleração da promoção para a Classe D II, nível 1, vinculada à apresentação do título de especialista, ou para D III, nível I, ligada à apresentação do título de mestre ou doutor.

FIGURA 41 – PROGRESSÕES DE SERVIDORES



Os servidores ocupantes dos cargos administrativos do IFRR fazem parte da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que é regulamentada pela Lei n.º 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao MEC. A carreira é estruturada em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E, sendo que os dois primeiros são cargos em extinção no âmbito do IFRR.

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão.

A progressão por capacitação profissional, que se desenvolve em quatro níveis, se dá por meio da participação em cursos de capacitação. Já a progressão por mérito profissional se desenvolve em 16 níveis, mediante a aprovação em avaliação periódica de desempenho, realizada anualmente.

Homologação de estágio probatório

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de 36 meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão avaliadas para o desempenho do cargo. Decorrido esse prazo, o servidor aprovado será considerado estável, e o reprovado exonerado do cargo ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. O desempenho será avaliado observando-se os fatores assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

QUADRO 27 – HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

CARREIRA	QUANTIDADE
Docente	45
TAE	40
TOTAL	85

Remuneração dos servidores da carreira EBTT e TAE

QUADRO 28 – REMUNERAÇÃO DE CARGOS

PROFESSOR EBTT – CLASSE D1-01				
20 horas	40 horas		40 horas/DE	
R\$ 2.236,32	R\$ 3.130,85		R\$ 4.472,64	
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO				
A	B	C	D	E
R\$ 1.326,72	R\$ 1.606,41	R\$ 1.945,07	R\$ 2.446,96	R\$ 4.180,66

Fonte: Tabelas de remunerações – Lei 13.325/2016

Meritocracia

O IFRR tem investido em ações de capacitação e qualificação dos servidores ofertando cursos de pós-graduação lato e stricto sensu e promovendo a participação em cursos e eventos, dentro e fora do País. A capacitação e a qualificação contribuem para a elevação do nível de desempenho individual e da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Com a im-

plementação da Política de Atenção à Saúde e à Segurança do Servidor, várias ações vêm sendo desenvolvidas em prol do bem-estar e da valorização dos servidores.

Os servidores da carreira TAE contam também com o IQ, que representa um acréscimo remuneratório entre 10% e 75%, calculado sobre a parcela do vencimento básico. **Em 2019 houve um registro de concessão do IQ a 66 servidores TAEs.**

Para os servidores da carreira EBTT, existe a RT e o RSC que possibilita ao professor ser reconhecido e recompensado pelos conhecimentos e pelas habilidades desenvolvidas ao longo de sua experiência profissional e/ou no exercício de atividades realizadas no âmbito acadêmico. **Em 2019 foram concedidos 37 RSCs e 38 RTs à servidores EBTT.**

Ocupação de Cargos Gerenciais

Na Reitoria há um CD-3 ocupado por servidor aposentado e um CD-4 ocupado por servidor de carreira da Advocacia-Geral da União na Procuradoria Federal no âmbito do IFRR. Os demais cargos gerenciais são ocupados por servidores efetivos do IFRR.

QUADRO 29 – QUANTIDADE DE CARGOS OCUPADOS

CARGOS DE DIREÇÃO		FUNÇÃO GRATIFICADA	
CD-1	01	FG-1	39
CD-2	09	FG-2	44
CD-3	13	FG-4	-
CD-4	23	FUC	38

Fonte: Siape

Evasão

Seguem as informações relacionadas à evasão no IFRR em 2019:

QUADRO 30 – EVASÃO DE SERVIDORES

MOTIVO DO ENCERRAMENTO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Exoneração de cargo efetivo	03
Posse em outro cargo inacumulável	01
Redistribuição	15
Rescisão de contrato temporário	04
Término de contrato temporário	11

Capacitação: estratégia e números

Por meio do Plano Anual de Capacitação e Qualificação e do Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Qualificação, que objetiva prestar auxílio financeiro aos servidores inscritos nos programas de qualificação em curso de graduação e nos programas de pós-graduação, o IFRR estabelece procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação voltados aos servidores.

QUADRO 31 – BOLSA AUXÍLIO À QUALIFICAÇÃO

BOLSAS CONCEDIDAS	QUANTIDADE
Graduação	13
Especialização	15
Mestrado	18
Doutorado	10
Total	56

QUADRO 32 – CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

AÇÃO	QUANTIDADE
Capacitações realizadas	544
Servidores capacitados	283
Servidores qualificados ou em qualificação	118
Servidores afastados integralmente para qualificação	22

Principais desafios e ações futuras

- **Implantação de unidade Sias (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor):** não foi possível realizar essa implantação em 2019 devido ao número insuficiente de profissionais. No entanto, continua sendo um desafio do IFRR, como ação futura, a implantação de uma unidade própria do Sias.
- **Organização e digitalização das pastas funcionais dos servidores:** para o cumprimento do disposto na Portaria Normativa n.º 9/SGP/MPDG, de 1.º de agosto de 2018, que cria o Assentamento Funcional Digital.

- **Evasão e rotatividade de servidores:** nos últimos anos, tem-se verificado uma grande movimentação de pessoal saindo da instituição, principalmente em processos de redistribuição para outros órgãos, assim como em relação à remoção interna, decorrente da necessidade de tratamento de saúde do próprio servidor ou de acompanhamento de pessoa da família.
- **Mapeamento de competências e definição de indicadores para avaliação de desempenho:** é necessário diagnosticar ou mapear as competências organizacionais e individuais para que a instituição seja capaz de alcançar seus objetivos estratégicos. Além disso, é preciso definir indicadores para a avaliação de desempenho com base nas competências. Isso constitui uma estratégia para o desenvolvimento gerencial no tocante à tomada de decisão referente à movimentação na carreira, aos planos de capacitação e à provisão de vagas, bem como à otimização do desempenho das funções.

4.2.3 Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

O IFRR conta com assessoria jurídica da Advocacia-Geral da União (AGU), o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis n.ºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e as Instruções Normativas (INs) do Ministério da Economia, com destaque para as IN 04/2014 (Seges/MP) e para a 05/2017 (STI/MP), além da utilização dos recursos de modelos de documentos padrão e listas de verificações elaboradas pela AGU.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

A execução financeira em 2019 referente ao funcionamento do IFRR alcançou o montante de **R\$ 17.835.214,91** de despesas liquidadas no exercício, somado às despesas de restos a pagar processados pagos e não processados liquidados da ação Funcionamento da Instituição (20RL).

Destacam-se como mais relevantes para a atuação administrativa do IFRR as seguintes contratações:

QUADRO 33 – DESPESAS MAIS RELEVANTES NO IFRR

DESPESA DETALHADA	VALOR EMPENHADO
Limpeza e conservação	R\$ 3.045.999,75
Vigilância ostensiva	R\$ 2.754.540,28
Serviços de energia elétrica	R\$ 2.020.040,19
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 1.714.648,89

As quatro despesas apresentadas no quadro acima somam R\$ 10.376.598,79, o que representa **58,18%**.

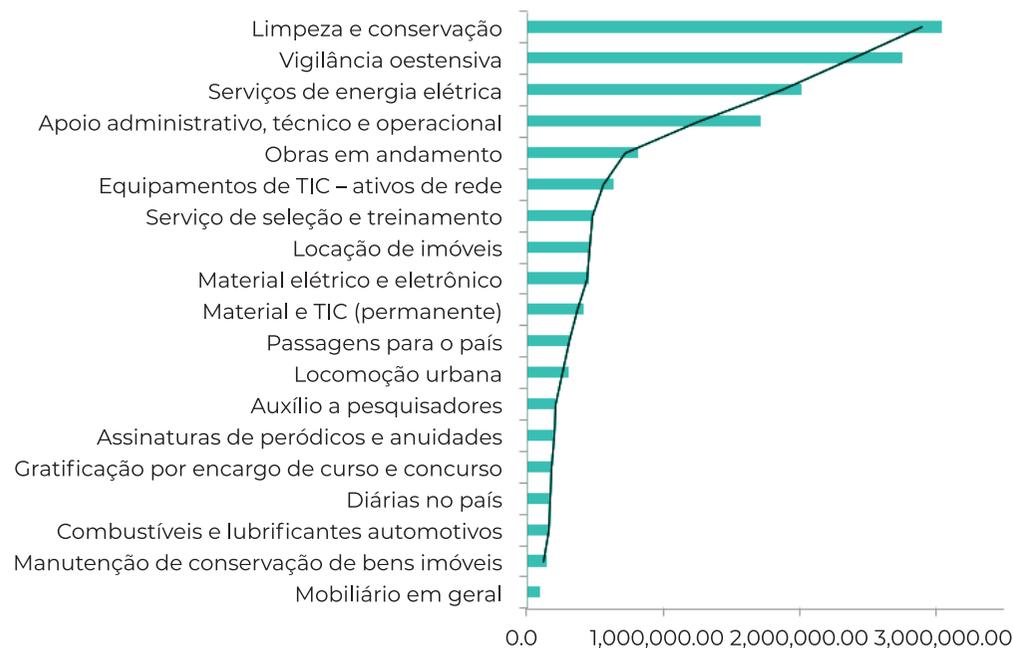
Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

As principais contratações do IFRR associam-se aos objetivos estratégicos e aos macroprojetos estabelecidos no PAT da instituição, em especial ao aperfeiçoamento das práticas de gestão da administração, à manutenção e ao funcionamento da unidade administrativa.

Entre as contratações mais relevantes levantadas em cada unidade estão os serviços contínuos com locação de mão de

obra, a exemplo de limpeza, vigilância e apoio administrativo, conforme a figura abaixo:

FIGURA 42 – CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES



Contratações diretas

As contratações diretas, em sua maioria, referem-se à capacitação dos servidores, com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei n.º 8.666/1993. Segue abaixo sua demonstração:

QUADRO 34 – CONTRATAÇÕES DIRETAS

UNIDADE	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE
CAM	5	0
CBV	0	3
CNP	2	4
Reitoria	7	39
TOTAL	14	46

O IFRR não efetuou contratação de publicidade e propaganda no ano de 2019.

4.2.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade legal

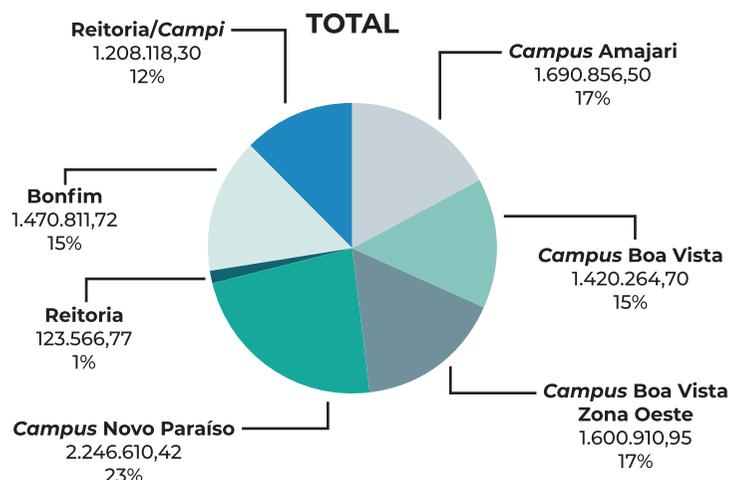
O IFRR executa suas atividades administrativas em conformidade com os artigos 37, 70 e 75 da CF/88; a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; o Decreto n.º 9.373, de 11 de maio de 2018; o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967; a IN n.º 205, 8 de abril de 1988; a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992; e com

os demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial da administração pública.

Principais investimentos de capital

A execução financeira na área de investimento no IFRR foi de **R\$ 9.761.139,36**, considerando somente as despesas líquidas e os restos a pagar não processados liquidados. Os créditos que financiaram essa execução foram os de emendas parlamentares, de destaques recebidos do MEC e de investimento de manutenção, além dos empenhos inscritos em RAP.

FIGURA 43 – EXECUÇÃO FINANCEIRA NO IFRR



Principais despesas com investimento

- Aquisição de **solução de hiper convergência** no valor de **1,2 milhão**;
- Aquisição de **acervo para as bibliotecas** no valor de **R\$ 471 mil**, aproximadamente;
- Aquisição e montagem de três **salas modulares**, aquisição de **máquinas e equipamentos de TIC** e aquisição e instalação de equipamentos para o **sistema de prevenção e combate a incêndio** para atender ao CNP, no valor de **R\$ 1,7 milhão**;
- No CBV foi investido **R\$ 1,1 milhão** em **solução de segurança de rede (firewall)**, **reforma elétrica** das instalações, aquisição e instalação de **plataformas elevatórias verticais de acessibilidade** e aquisição de **climatizadores evaporativos** para atender ao ginásio poliesportivo;
- Construção de dois **alojamentos** e de **muro e cerca** para atender ao CAM, no valor de **R\$ 1,6 milhão**;
- Investimento de **R\$ 1,4 milhões** no CBVZO para o **remanescente da construção** da primeira etapa da sede, aquisição de **máquinas e equipamentos**

de TIC, mobiliários e construção de uma **quadra de vôlei de areia**;

- Investimento de **R\$ 1,4 milhões** no CAB para o **remanescente da construção** da sede e construção de **muro**.

Desfazimento de ativos

Em 2019 foram emitidas portarias, na Reitoria e nos *campi*, designando comissões para realizar a classificação e a avaliação de bens, no entanto elas ainda não conseguiram finalizar suas atividades.

Locações de imóveis e equipamentos

O IFRR não apresentou despesa com locação de equipamento e, em relação à locação de imóveis, a Reitoria é a única que tem contrato de locação de imóvel para o funcionamento de sua sede e apresentou um gasto financeiro de **R\$ 465.018,33**.

Mudanças e desmobilizações relevantes

O *Campus Avançado Bonfim* mudou-se para sua sede

própria, localizada na Av. Tuxaua Farias, s/n.º, Bairro 13 de Maio, CEP 69380-000, no Município de Bonfim (RR).

Não houve mudanças ou desmobilizações nas demais unidades do IFRR.

Principais desafios e ações futuras

- Realização do desfazimento de bens inservíveis, considerando que não houve tais ações nos cinco anos anteriores, e regularização das cargas patrimoniais;
- Operacionalização do serviço de almoxarifado virtual.

4.2.5 Gestão da Tecnologia da Informação

O Modelo de Governança de TI do IFRR, alinhado com a Estratégia de Governança Digital do Governo Federal, tem como principal instância o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IFRR (CGTI).

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, o IFRR observa e aplica as regras e as di-

retrizes estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, pelo órgão central (Sisp) e pelo governo federal.

Montante de recursos em TI

O montante de recursos empenhados em TI foi de **R\$ 1.581.653,68**, destes, apenas R\$ 198.897,26 (12,58%) foram liquidados no exercício. Houve também despesas oriundas de restos a pagar não processados liquidados, no valor de **R\$ 3.621.656,94**.

A execução da despesa de TI ocorreu se deu em dois grupos:

- Investimento (92,8%): R\$ 3.544.901,68; e
- Outras Despesas Correntes (7,2%): R\$ 275.652,52.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

- Aquisição de **solução de hiperconvergência**, no valor de **R\$ 1,2 milhão**;
- Aquisição de **solução de segurança de rede (firewall)**, no valor de **R\$ 634.836,00**;
- Aquisição de **equipamentos de TIC** no CNP, no valor total de **R\$ 424.326,67**;
- Contratação de um **link de internet** dedicada ao

CAB, com valor mensal de **R\$ 2.520,00**.

Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor

Foi feita a adesão ao serviço ICPEdu, como pré-requisito para adesão ao Eduroam, que permite à comunidade interna do IFRR acessar pontos de acesso sem fio do serviço em mais de 26 mil localidades, distribuídas por 103 países, utilizando o e-mail institucional e a senha do Suap, não necessitando de um novo cadastro nessas localidades. Os usuários dessas instituições também poderão ter acesso à rede sem fio do IFRR usando as credenciais da instituição de origem, sem necessidade de realizar um cadastro em nossos sistemas.

O CAB foi o pioneiro, entre as unidades da instituição, na utilização do processo eletrônico, iniciando com o processo de aquisição, contratação de serviços e, posteriormente, de processos relacionados à gestão de pessoas. Nestes últimos, foi definido um fluxo na DGP para processos relacionados à complementação pedagógica de docentes.

Segurança da informação

Os novos membros do Comitê de Segurança da Informação foram designados pela Portaria n.º 751/GR, de 11 de maio de 2018. Contudo, ainda não houve nenhuma reunião que resultasse em ata, e restam ainda os requisitos listados no MEMO N.º. 070/2017/DTI/IFRR, que trata da capacitação dos membros do comitê.

Nesse sentido, no período de 16 a 20 de setembro de 2019, foi ofertada capacitação sobre Gestão de Riscos de TI para quatro servidores da instituição, em parceria com a Escola Superior de Redes, da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Como nenhum desses servidores compõe o comitê, a disseminação do conhecimento aos demais membros da comissão será realizada em evento a ser organizado pela DGP no segundo trimestre de 2020.

Principais desafios e ações futuras

- Adoção de uma infraestrutura em nuvem, conforme determina a legislação vigente, mas que esteja de acordo com as limitações de cada região atendida pelo IFRR;

- A transformação dos serviços para ofertas totalmente digitais; e
- A otimização dos recursos de TI, de forma que estes possibilitem o acesso aos serviços digitais por mais membros das comunidades interna e externa do instituto.

4.2.6 Gestão de Custos

A Unidade Jurisdicionada integra o Poder Executivo, mas, quanto à utilização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), este é restrito aos servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou aos indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

Para uso do SIC, o servidor deve estar devidamente cadastrado e habilitado na área de suporte ao sistema na STN, em posse de senha pessoal e intransferível vinculada a seu CPF. Além disso, sugere-se que qualquer usuário do SIC seja

suficientemente capacitado para o seu uso adequado, o que ainda não ocorreu no âmbito dos institutos federais.

Em 2018, passou a ser informado o centro de custo na liquidação da despesa no Siafi, o que contribui para o aprimoramento da informação contábil. No entanto, tem-se informado um custo genérico, porque ainda não foi entendido como pode ser controlado esse custo.

Percebe-se que a gestão de custos está em nível macro na administração pública federal e que há necessidade de capacitar os profissionais nas unidades gestoras para que a informação de custos seja um instrumento de informação e tomada de decisão.

Assim, diante das justificativas apresentadas, esta Unidade Jurisdicionada ainda não implantou a sistemática de apuração dos custos por programas e unidades administrativas, bem como dos bens e dos serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas.

4.2.7 Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os critérios adotados nas contratações realizadas pelo IFRR são os seguintes:

Nos editais de licitação, reserva-se um tópico com critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o tipo do objeto, em conformidade com os Decretos n.ºs 7.746/2012, 9.178/2017 e 5.940/2006, com a IN 01/2012/SLTI/MPOG e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, lançado pela AGU, com o objetivo de uniformizar o entendimento no aspecto socioambiental em matéria de licitações, bem como com a declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental fornecida pelos participantes do certame.

No que diz respeito à licitação de obras e serviços de engenharia, é exigida ainda a observação do Decreto 48.138/2003, das Resoluções do Conama n.ºs 20, 257 e 307, da IN/MARE n.º 6 e das Normas Brasileiras (NBRs), publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sobre resíduos sólidos.

Principais ações para redução no consumo de recursos naturais

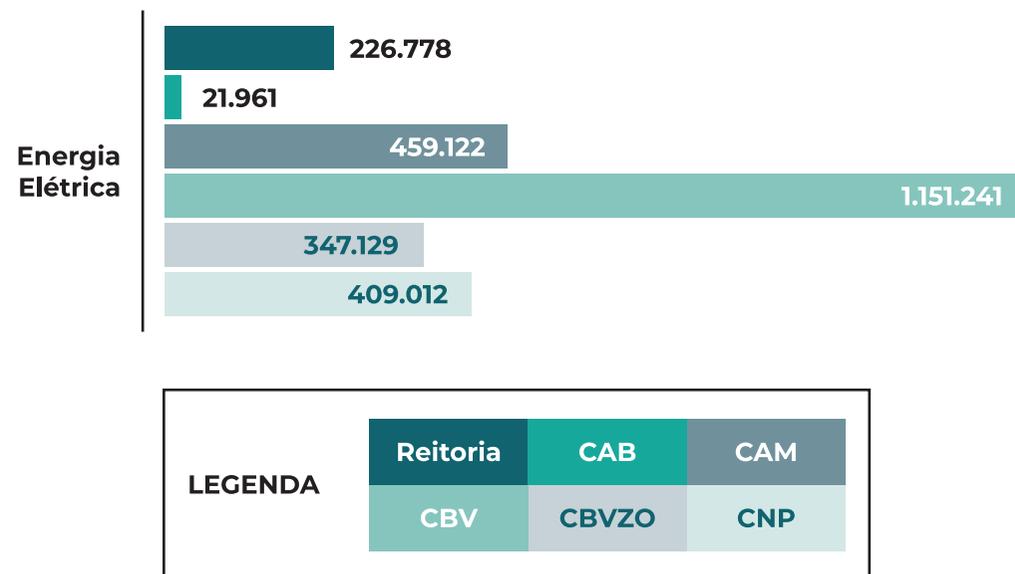
- Eventos de conscientização para o uso consciente da água e de energia elétrica;
- Fomento e incentivo a projetos de extensão voltados à temática de sustentabilidade;
- Lançamento de edital de apoio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de energia renovável;
- Implantação de sistema para emissão de documentos eletrônicos na instituição.

Redução de resíduos poluentes

Como não foi possível a elaboração do Plano de Logística Sustentável em 2019, não houve o monitoramento do consumo de recursos naturais. No entanto, já se iniciou tanto a elaboração do documento por uma comissão como o levantamento da série histórica do consumo.

O consumo de energia elétrica no IFRR em 2019 foi de **2.616.143 kWh**, distribuídos conforme a figura abaixo:

FIGURA 44 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CAMPUS (EM KWH)



Quanto ao consumo de água, as unidades usam poços artesianos e, por enquanto, não realizam a medição de seu consumo. No entanto, devido a um problema nas bombas dos poços do CBV, foi necessário o consumo de água fornecida pela companhia de água, no total de **3.548 m³**.

RELATÓRIO DE GESTÃO

IFRR – 2019

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima



As informações patrimoniais, orçamentárias e financeiras podem ser representadas pelos demonstrativos contábeis, materializadas nos balanços patrimonial, orçamentário e financeiro, e complementadas pelas demonstrações das variações patrimoniais, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

As demonstrações contábeis do IFRR são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC): as Resoluções do CFC n.ºs 1.134 a 1.137/2008 e n.º 1.366/2011, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs) T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBCs TSP Estrutura Conceitual e TSPs n.ºs 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª ed. – vigente para o

exercício de 2018 –, e o Manual SIAFI, que contém as orientações e os procedimentos específicos por assunto.

As NBCs TSPs citadas guardam correlação com as da International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), visto que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR e são elaboradas a partir das informações constantes no Siafi. O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras e com o modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

As demonstrações contábeis estão consolidadas em nível de órgão, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Reitoria
- *Campus* Boa Vista
- *Campus* Boa Vista Zona Oeste
- *Campus* Novo Paraíso
- *Campus* Amajari
- *Campus* Avançado Bonfim

Neste relatório não serão apresentadas as demonstrações contábeis, considerando que são publicadas trimestralmente e acompanhadas de notas explicativas que evidenciam a situação patrimonial, orçamentaria e financeira do órgão. As demonstrações contábeis, bem como a declaração do contador, podem ser consultadas por meio do link <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/receitas-e-despesas/demonstracoes-contabeis>

A contabilidade do Instituto Federal de Roraima é realizada, na Reitoria, por contadores lotados no Departamento de Contabilidade e Finanças, subordinado à Pró-Reitoria de Administração, enquanto que, nos *campi*, é feita por contadores lotados nas Coordenações de Contabilidade e Finanças, subordinadas aos Departamentos de Administração e Planejam-

to das unidades. Tem como responsabilidade acompanhar e analisar os procedimentos que envolvem ações orçamentárias, financeiras e patrimoniais que compõem a conformidade de registro de gestão e contábil do órgão.

O processo de verificação de conformidade contábil se dá em dois níveis: órgão e unidade gestora, em que as unidades gestoras são subordinadas ao órgão.

Importa ressaltar que a execução orçamentária e financeira do *Campus* Avançado Bonfim é executada pela unidade Reitoria, usando a Unidade Gestora Regionalizada (UGR) como meio de controle.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do IFRR é realizada pela Reitoria de acordo com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com o MCASP, com o Manual SIAFI e com as NBCs Aplicadas ao Setor Público.

No quadro abaixo são apresentados os nomes dos contadores por unidade gestora do órgão.



QUADRO 35 – CONTADORES DAS UNIDADES

UNIDADE GESTORA	NOME	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
158152 – Reitoria	Geórgia Marcelly Gomes Matias	Contadora – Titular	2011-2019
	Luciana Saraiva da Costa	Contadora – Substituta	2014-2019
158350 – <i>Campus</i> Boa Vista	Diana Cris Fernandes Gomes	Contadora – Titular	2013-2019
	Ana Catarina Ferreira Lima	Técnica em Contabilidade – Substituta	2016-2019
158352 – <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	Leonardo Pereira Santos	Contador – Titular	2015-2019
158351 – <i>Campus</i> Novo Paraíso	Marliane Ferreira Oliveira	Contadora – Titular	2014-2019
158510 – <i>Campus</i> Amajari	Marcos Silva e Silva	Contador – Titular	2014-2019

As unidades Reitoria e *Campus* Boa Vista contam com dois profissionais da área de contabilidade desempenhando atividades do cargo, enquanto as demais unidades com apenas um profissional. Quando da necessidade de afastamentos legais dos contadores titulares das unidades, as atividades são desempenhadas pelos contadores da Reitoria, atuando como substitutos.

5.1 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A execução dos recursos recebidos mais as descentralizações de créditos recebidas de outros órgãos compõem as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

5.1.1 Receitas Orçamentárias

De acordo com o balanço orçamentário de 31/12/2019, as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 1.835.433,47, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 145.927.049,96, que gerou um déficit orçamentário de R\$ 144.091.616,49.

A justificativa para essa desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, em que não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e nem as descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

Para entender melhor como as despesas do órgão são pagas, as informações presentes no balanço orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do balanço financeiro.



O balanço financeiro demonstra os recursos financeiros disponíveis de R\$ 1.835.433,47 (receitas orçamentárias) mais as transferências financeiras resultantes da execução orçamentária de R\$ 144.193.616,06 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos até o 4º trimestre), perfazendo o total de R\$ 146.029.049,53 de recurso financeiro tanto recebido do MEC quanto arrecadado pelo órgão.

O percentual de receitas arrecadadas em relação ao previsto no orçamento foi de 724,39%, que representa um excesso de arrecadação de R\$ 1.582.058,47. Esse excesso se deu em decorrência do concurso público realizado pela instituição.

Vale ressaltar que tanto as transferências financeiras quanto as receitas próprias arrecadadas pelo órgão só podem ser utilizadas para custear despesas fixadas e autorizadas na lei do orçamento anual.

QUADRO 36 – EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – RECURSOS ARRECADADOS PELO IFRR EM 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		
Previsão atualizada	Receitas realizadas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
R\$ 253.375,00	R\$ 1.835.433,47	R\$ 249.428,55	R\$ 76.221,92	R\$ 69.321,62

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2019)



A seguir, apresentam-se as receitas arrecadadas por origem de recursos.

QUADRO 37 – RECEITAS ARRECADADAS POR ORIGEM DE RECURSOS

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO DA RECEITA	REALIZAÇÃO (%)	COMPOSIÇÃO (%)
Receita Patrimonial	R\$ 33.736,00	R\$ 77.933,55	231,01	4,25
Receita de Serviços	R\$ 204.171,00	R\$ 1.757.303,02	860,70	95,74
Outras Receitas Correntes	R\$ 15.468,00	R\$ 196,90	1,27	0,01
Total de Receitas	R\$ 253.375,00	R\$ 1.835.433,47	724,39	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019

O quadro acima apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. A coluna da realização demonstra o percentual arrecadado em relação à previsão atualizada; já a coluna da composição, o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à reali-

zação total da receita. A arrecadação de receitas com serviços representa a maior parte da arrecadação das receitas correntes, com 95,74% do total arrecadado, devido à realização do concurso público.

5.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e a manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas, as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes visam atender à manutenção do serviço de educação básica e do ensino profissional prestado pelo IFRR à coletividade. Ao final de 2019, elas representaram no orçamento **96,49% do total fixado** em relação à dotação atualizada de R\$ 145.438.347,00, sendo a dotação inicial de R\$ 139.113.798,00.

Os gastos que compõem as despesas correntes são estes: **despesas com pessoal e encargos sociais, fixadas em R\$ 112.955.055,00, e outras despesas correntes, fixa-**



das em R\$ 27.107.830,92, totalizando R\$ 140.335.058,00, para serem gastos no IFRR com folha de pagamento, contratação de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas-auxílio aos estudantes, água, telefone, energia e demais despesas de custeio.

As despesas de capital estão diretamente ligadas a aquisição de equipamentos, materiais permanentes, imóveis, obras, entre outros. O valor inicial fixado no orçamento foi de R\$ 7.418.148,00, mas, no decorrer do exercício, a sua dotação inicial foi reduzida para R\$ 5.103.289,00, representando um percentual de 3,51% do total fixado na LOA em 2019.

QUADRO 38 – DESPESAS EXECUTADAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	EXECUÇÃO (%)
Despesas correntes	R\$ 140.335.058,00	R\$ 137.256.033,82	97,81
Despesas de capital	R\$ 5.103.289,00	R\$ 8.671.016,14	169,91
Total das despesas	R\$ 145.438.347,00	R\$ 145.927.049,96	100,34

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019

O quadro acima apresenta as despesas executadas por categoria econômica. Observa-se que a execução de despesas com capital ultrapassou o total previsto no orçamento. Foram empenhados R\$ 3.567.727,14 acima do que foi fixado. Isso ocorreu em decorrência das descentralizações de créditos recebidas de outros órgãos para a aquisição de materiais permanentes e equipamentos de informática. A seguir é apresentada a movimentação orçamentária por provisão e destaque.



QUADRO 39 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROVISÃO E DESTAQUE

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESCENTRALIZAÇÕES RECEBIDAS (B)	DESPESAS EMPENHADAS PROVISÕES (C)	DESPESAS EMPENHADAS DESTAQUE (D)	TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS (C+D)	EXECUÇÃO (%)
Despesas correntes	R\$ 140.335.058,00	R\$ 164.051,80	R\$ 137.144.016,46	R\$ 112.017,36	R\$ 137.256.033,82	97,69
Despesas de capital	R\$ 5.103.289,00	R\$ 5.999.587,96	R\$ 5.058.865,8	R\$ 3.612.150,34	R\$ 8.671.016,14	78,00
Total das despesas	R\$ 145.438.347,00	R\$ 6.163.639,76	R\$ 142.202.882,26	R\$ 3.724.167,70	R\$ 145.927.049,96	96,26

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019

O quadro acima demonstra a dotação atualizada autorizada na LOA do IFRR em R\$ 145.438.347,00 e os créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (destaque) no valor de R\$ 6.163.639,76, que totalizaram R\$ 151.601.986,76 para serem empenhados no exercício.



Em seguida, apresentam-se as despesas correntes e de capital executadas por grupo.

QUADRO 40 – DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL EXECUTADAS POR GRUPO – SOMENTE VALORES FIXADOS NA LOA/2019

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	EMPENHADO/ DOTAÇÃO ATUALIZADA (%)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 112.955.055,00	R\$ 110.148.202,90	78,49
2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	R\$ 27.380.003,00	R\$ 27.107.830,92	19,32
Subtotal Despesas Correntes	R\$ 140.335.058,00	R\$ 137.256.033,82	97,81
4 – Investimento	R\$ 5.103.289,00	R\$ 8.671.016,14	169,91
5 – Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
6 – Amortização Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Subtotal Despesas de Capital	R\$ 5.103.289,00	R\$ 8.671.016,14	169,91
Total (Desp. Correntes + Desp. Capital)	R\$ 145.438.347,00	R\$ 145.927.049,96	-

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019

Como demonstrado no quadro acima, o grupo de despesa com maior volume de gasto é o de pessoal e encargos sociais, que apresentou um percentual de execução de 78,49%. O grupo investimento é o único que compõe o total de despesas de

capital, e o percentual empenhado em relação ao subtotal foi de 169,91%. Vale destacar novamente que, quando o total empenhado for superior ao total da dotação fixado no orçamento, isso ocorre em decorrência das descentralizações externas



recebidas (destaque) de unidades gestoras não pertencentes à estrutura do IFRR.

Abaixo é apresentada a evolução da despesa em comparação ao exercício anterior.

QUADRO 41 – EVOLUÇÃO DA DESPESA EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2018	R\$ 136.697.030,66	R\$ 123.782.901,05	R\$ 115.493.032,08
2019	R\$ 145.927.049,96	R\$ 132.477.396,85	R\$ 123.603.577,62
Comparação entre os exercícios	6,75%	7,02%	7,02%

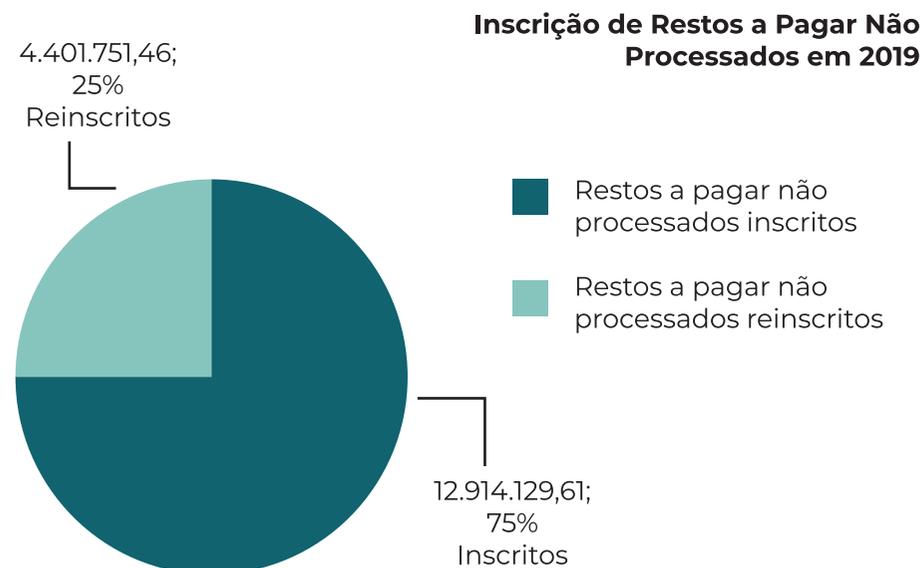
Fonte: Tesouro Gerencial, 2019

5.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados (RPNP), conforme o artigo 67 do Decreto n.º 93.872/1986, as despesas empenhadas, mas não liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior. Ao passo que Restos a Pagar Processados (RPP) diz respeito às despesas empenhadas e liquidadas até 31 de de-

zembro do ano anterior, porém pendentes de pagamento. No exercício de 2019 foi inscrito e reinscrito em RPNP o valor de R\$ 17.315.881,07.

FIGURA 45 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2019





Do valor total, 75% correspondem ao exercício de 2018, enquanto que 25% a exercícios anteriores, o que representa, em valores, R\$ 4.401.751,46. A execução dos RPNPs a Liquidar ao final de 2019 se deu conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 42 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS POR UNIDADE GESTORA

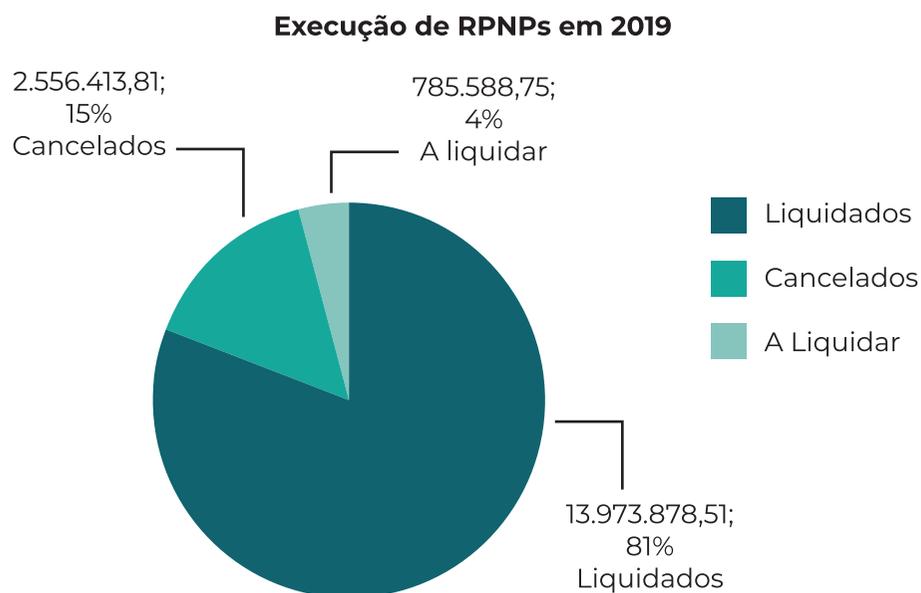
UNIDADE GESTORA	INSCRITOS	REINSCRITOS	LIQUIDADOS	CANCELADOS	A LIQUIDAR	PAGOS	A PAGAR
	(A)		(B)	(C)	(D) = (A)-(B)-(C)	(E)	(F) = (B)-(E)+(D)
158152	R\$ 2.653.624,14	R\$ 1.898.066,86	R\$ 3.689.019,64	R\$ 674.517,98	R\$ 188.153,38	R\$ 3.689.019,64	R\$ 188.153,38
158350	R\$ 3.543.296,38	R\$ 505.475,80	R\$ 3.215.552,94	R\$ 493.292,52	R\$ 339.926,72	R\$ 3.165.087,73	R\$ 390.391,93
158351	R\$ 2.785.325,77	R\$ 630.524,91	R\$ 2.942.733,51	R\$ 381.035,77	R\$ 92.081,40	R\$ 2.903.059,28	R\$ 131.755,63
158352	R\$ 1.970.889,68	R\$ 669.139,49	R\$ 1.889.201,06	R\$ 718.061,14	R\$ 32.766,97	R\$ 1.870.081,06	R\$ 51.886,97
158510	R\$ 1.960.993,64	R\$ 698.544,40	R\$ 2.237.371,36	R\$ 289.506,40	R\$ 132.660,28	R\$ 2.097.124,34	R\$ 272.907,30
Total	R\$ 12.914.129,61	R\$ 4.401.751,46	R\$ 13.973.878,51	R\$ 2.556.413,81	R\$ 785.588,75	R\$ 13.724.372,05	R\$ 1.035.095,21
	R\$ 17.315.881,07	%	81%	15%	5%	79%	6%

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/19)

Do total inscrito e reinscrito foi pago 79%, restando um percentual de saldo a pagar de 6%. A execução dos RPNPs ao final de 2019 está ilustrada na figura abaixo, que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.



FIGURA 46 – EXECUÇÃO DE RAPs NÃO PROCESSADOS

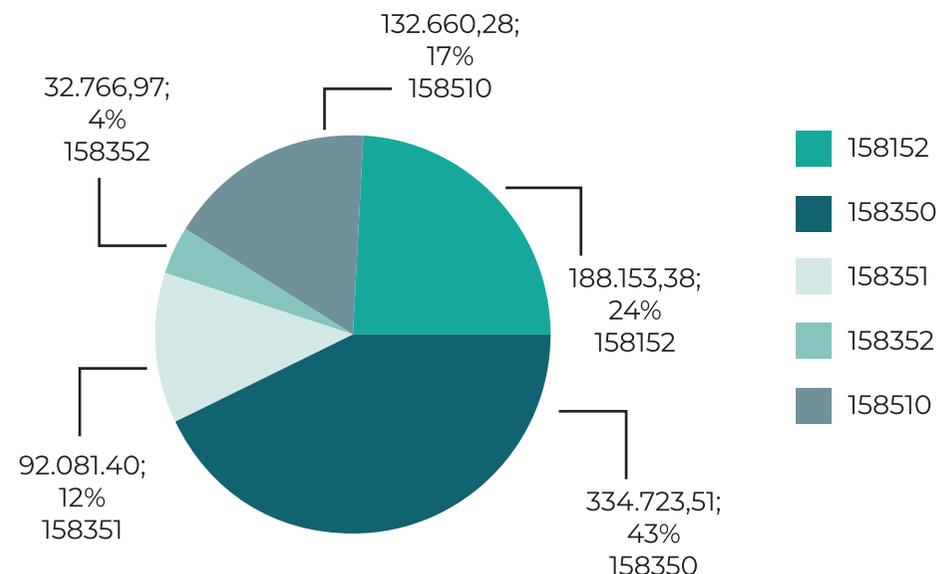


Quanto à execução orçamentária de Restos a Pagar, pode-se observar na figura acima que, até 31/12/2019, houve a liquidação de 81%, o cancelamento de 15% e o saldo a liquidar de 4%.

Na figura abaixo é apresentado o saldo de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Unidade Gestora (UG).

FIGURA 47 – RPNPs A LIQUIDAR POR UG

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Unidade Gestora

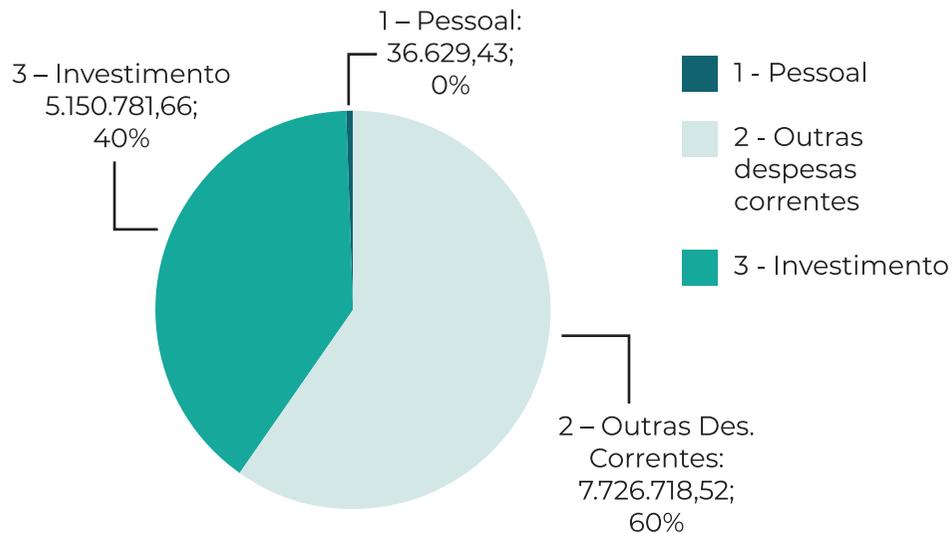


A UG 158350 (*Campus Boa Vista*) é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar, seguida da 158152 (*Reitoria*).

Abaixo serão apresentados os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2019 por grupo de despesa.

FIGURA 48 – RPNPs INSCRITOS POR GRUPO DE DESPESA

RPNPs Inscritos por Grupo de Despesa - 2019



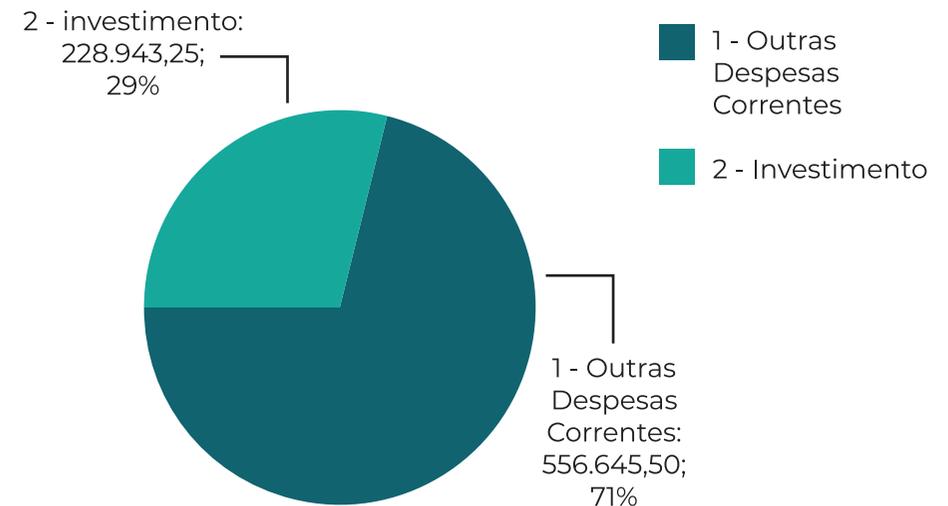
Do total inscrito em RPNP, 60% correspondem a outras despesas correntes; e 40%, à despesa com investimento. A despesa com pessoal é evidenciada, mas sua contribuição não é relevante. Além disso, os valores de pessoal inscritos corres-

pondem à despesa com pessoal requisitado do mês de dezembro que é pago em janeiro.

Seguem abaixo os RPNPs a Liquidar por Grupo de Despesa com saldo em 31/12/ 2019.

FIGURA 49 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR POR GRUPO DE DESPESA

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa em 2019





Do total de RPNPs a liquidar, 71% correspondem a outras despesas correntes, enquanto 29% à despesa com investimento. Apresenta-se abaixo um comparativo entre os exercícios de 2018 e 2019 da execução dos RPNPs.

QUADRO 43 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Exercício	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	A Liquidar	Pagos	A Pagar
2018	R\$ 9.432.462,65	R\$ 6.800.081,29	R\$ 9.833.402,79	R\$ 1.997.389,69	R\$ 4.401.751,46	R\$ 9.824.587,67	R\$ 4.410.566,58
2019	R\$ 12.914.129,61	R\$ 4.401.751,46	R\$ 13.973.878,51	R\$ 2.556.413,81	R\$ 785.588,75	R\$ 13.724.372,05	R\$ 1.035.095,21
Evolução	36,91%	-35,27%	42,11%	27,99%	-82,15%	39,69%	-76,53%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018 e 2019

Embora tenha aumentado em 36,91% o percentual da inscrição em RPNPs em 2019, houve redução no percentual de reinscrição (-35,27%) em Restos a Liquidar (-82,15%) e em Restos a Pagar (-76,53%), em decorrência do aumento da liquidação, do cancelamento e do pagamento dos RPNPs em 2019.

5.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

O balanço financeiro, conforme a Lei 4.320/1964, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e com os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de ma-



neira detalhada os itens do balanço financeiro, apresentam-se os quadros seguintes com o comparativo dos ingressos e dos dispêndios ao final de 2019 em relação a 2018.

QUADRO 44 – TOTAL DE INGRESSOS (R\$)

INGRESSOS	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AV (%)	AH (%)
Receitas Orçamentárias	1.835.433,47	226.915,00	0,91	708,86
Transferências Financeiras Recebidas	167.465.849,92	153.246.945,28	83,48	9,28
Recebimentos Extraorçamentários	22.608.486,63	21.583.673,29	11,27	4,75
Saldo do Exercício Anterior – Caixa e Equivalente de Caixa	8.686.106,89	1.301.715,60	4,33	567,28
Total	200.595.876,91	176.359.249,17	100,00	13,74

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

Como se pode observar no quadro acima, as receitas orçamentárias tiveram um aumento de 708,86% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Isso se deu em decorrência da arrecadação de recursos no concurso público. As trans-

ferências recebidas correspondem a 83,48% dos ingressos do período e, em sua maioria, são repasses financeiros realizados pelo MEC. Em relação ao período anterior, houve uma variação positiva de 9,28%. Os recebimentos extraorçamentários correspondem a 11,27% do total dos ingressos e ocorreu uma variação de 4,75% em relação ao período anterior. Nesse grupo, encontram-se os restos a pagar dos exercícios anteriores que foram inscritos nesse exercício. O saldo de caixa e equivalente de caixa sofreu uma variação de 567,28% em relação ao exercício anterior, considerando a nova sistemática de processamento de ordens bancárias. A maior parte desse valor refere-se à folha de pagamento, que somente é processada no 1.º dia útil ao pagamento. Em 2019, pode-se observar que houve um aumento no total de ingressos de 13,74% em relação a 2018.



QUADRO 45 – TOTAL DE DISPÊNDIOS (R\$)

DISPÊNDIOS	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AV (%)	AH (%)
Despesas Orçamentárias	145.927.049,96	136.697.030,66	72,75	6,75
Transferências Financeiras Concedidas	21.863.703,02	20.498.627,43	10,90	6,66
Pagamentos Extraorçamentários	22.100.055,83	10.477.484,19	11,02	110,93
Saldo para o Exer. Seguinte – Caixa e Equivalente de Caixa	10.705.068,10	8.686.106,89	5,34	23,24
Total	200.595.786,91	176.359.249,17	100	11,01

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

No quadro acima é apresentado o detalhamento dos dispêndios. As despesas pagas, que compõem 72,75% do total das saídas de recursos, tiveram aumento de 6,75%. Assim, a variação positiva de 110,93% decorreu principalmente da execução dos restos a pagar e do saldo de caixa.

Com base nas informações presentes nos dois últimos quadros, observa-se que o IFRR apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 2.018.961,21. Isso ocorre quando o

saldo da conta caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte é maior que o saldo da conta caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

Considerando a demonstração do fluxo de caixa, as informações nela contidas permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

O demonstrativo de fluxo de caixa é classificado por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 98,75% do total dos ingressos de recursos financeiros para financiar tanto as atividades operacionais quanto as de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas de órgãos federais, principalmente do MEC. No fim de 2019, o valor total recebido foi de R\$ 167.465.849,92.

Ressalta-se que o IFRR, por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com recursos federais recebidos do MEC. A arrecadação de receita própria corresponde a um percentual de 1,08% em relação ao



total de recursos financeiros que compõem o caixa e equivalentes de caixas da instituição.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MCASP. Esse método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da demonstração do fluxo de caixa coincide com o resultado financeiro apurado no balanço financeiro. O quadro abaixo apresenta a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa das atividades.

QUADRO 46 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (ATIVIDADES)

ATIVIDADES	2019 (R\$)	2018 (R\$)	AH (%)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	11.455.762,75	12.963.980,15	-11,63
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-9.436.801,54	-5.579.588,86	69,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.018.961,21	7.384.391,29	-72,66
Caixa e equivalentes de caixa inicial	8.686.106,89	1.301.715,60	
Caixa e equivalente de caixa final	10.705.068,10	8.686.106,89	

Fonte: Siafi Web, 2019 e 2018

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstrado no quadro acima, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da demonstração do fluxo de caixa coincide com o resultado financeiro apurado no balanço financeiro, que corresponde ao total de R\$ 2.018.961,21.

Observa-se ainda que houve um aumento de 69,13% no fluxo de caixa das atividades de investimento, comparado ao mesmo período de 2018. O demonstrativo apresenta saldo nas atividades de investimento somente em relação a desembolsos. No fim de 2019 foram desembolsados R\$ 9.436.801,54,



que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras e compra de instalações, equipamentos e material permanente.

Em relação às atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto em 2018 quanto em 2019.

5.3 INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

As demonstrações que evidenciam a situação patrimonial da instituição são o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs). As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão

decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando saída de recursos ou redução de ativos, ou assunção de passivos, seguindo-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de superávit/déficit do exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. No quadro abaixo é apresentado, de forma resumida, o Resultado Patrimonial do período 2019 e 2018, evidenciando a evolução de um exercício para outro.

QUADRO XXX – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	171.190.830,74	161.112.180,76	6,26
Variações Patrimoniais Diminutivas	179.177.931,16	151.853.519,27	17,99
Resultado Patrimonial	(7.987.100,42)	9.258.661,49	-186,27

Fonte: DVP, 2019



O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2019 foi deficitário em R\$ 7.987.100,42, se confrontadas as VPAs (R\$ 171.190.830,74) e as VPDs (R\$ 161.112.180,76). As VPAs tiveram um aumento de 6,26%, e as VPD de 17,99%, em comparação ao mesmo período do exercício de 2018. A despesa com pessoal e encargos foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondendo a 56,28% e apresentando uma variação de 4,96% em relação a dezembro/2018.

5.4 INFORMAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

5.4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numeração e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em “moeda nacional”. Em 31/12/2019, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 10.705.068,10, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 47 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – COMPOSIÇÃO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	2.217.355,41	493.851,26	348,99
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	8.487.712,69	8.192.255,63	3,61
Total	10.705.068,10	8.686.106,89	23,24

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

Como se pode observar no quadro acima, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 8.487.712,69. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1.º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nessa conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 31/12/2019, e dizem respeito, em sua maioria, à folha de pessoal do IFRR.



5.4.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou, até 31/12/2019, um montante de R\$ 662.139,53. A composição do grupo é demonstrada da seguinte forma:

QUADRO 48 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)
Suprimento de fundos – Adiantamentos	3.705,87	37.446,00	-90,10
Adiantamentos a prestadores de serviços	37.014,95	37.014,95	0,00
Adiantamentos a fornecedores	8.094,99	8.094,99	0,00
Adiantamentos termo de execução descentralizada	613.323,92	0,00	-
Total	662.139,73	82.555,94	702,05

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

Ao final de 2019, houve um aumento considerável (702,05%) em comparação a dezembro de 2018, conforme demonstra o quadro acima. O crédito referente a suprimento

de fundos está registrado na unidade 158510 (*Campus Amajari*) e deverá ser baixado pela prestação de contas. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” teve um registro de R\$ 613.323,92, referente a um adiantamento de recursos de créditos recebidos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR.

5.4.3 Estoques

Os estoques do IFRR são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. O item mais relevante que compõe o estoque é a conta de “materiais de consumo”, correspondente a 82% do grupo ao final de 2019.

Em 31/12/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.724.563,80, que estão registrados pelo custo médio ponderado. No quadro a seguir é apresentada a composição dos estoques.



QUADRO 49 – ESTOQUES – COMPOSIÇÃO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)
Almoxarifado	3.045.345,49	2.985.882,88	1,99
Outros estoques – consolidação	679.218,31	676.564,92	0,39
Total	3.724.563,80	3.662.447,80	1,70

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

Pode-se analisar, do quadro acima, que a conta de almoxarifado apresentou um aumento de 1,99% em relação a 31/12/2018. Percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR no que tange à estocagem e à utilização de insumos. A conta almoxarifado – consolidação é uma conta sintética composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material

de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação.

5.4.4 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No quadro abaixo é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em comparação ao exercício de 2018.



QUADRO 50 – IMOBILIZADO – COMPOSIÇÃO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)
Bens Móveis	41.463.997,42	38.479.986,29	
(+) Valor Bruto Contábil	52.638.051,80	47.052.700,37	11,87
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	- 11.173.569,63	- 8.572.229,33	30,35
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	- 484,75	- 484,75	-
Bens Imóveis	83.265.484,80	79.665.808,68	
(+) Valor Bruto Contábil	84.371.674,73	80.195.419,85	5,21
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	- 1.106.189,93	- 529.611,17	108,87
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	124.729.482,22	118.145.794,97	5,57

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

Em 31/12/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 124.729.482,22 relacionado ao subgrupo imobilizado, o que representa um aumento de 5,57% quando comparado com o período de 31/12/2018. Os bens móveis do IFRR em 31/12/2019 estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado a seguir.



QUADRO 51 – BENS MÓVEIS – COMPOSIÇÃO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)	AV (%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	16.044.308,63	14.987.115,83	7,05	38,69
Bens de informática	13.374.880,46	9.966.645,92	34,20	32,26
Móveis e utensílios	11.796.998,44	11.392.942,17	3,55	28,45
Material cultural, educacional e de comunicação	4.148.802,86	3.435.642,07	20,76	10,01
Veículos	6.954.651,42	6.954.532,95	0,00	16,77
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,36
Demais bens móveis	168.377,43	165.788,87	1,56	0,41
Depreciação e amortização acumulada	-11.173.569,63	-8.572.229,33	30,35	
Redução ao valor recuperável	-484,75	-484,75	0,00	
Total	41.463.997,42	38.479.986,29	7,75	

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

Dos bens móveis registrados no IFRR, 38,69% referem-se a “máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao

total dos bens móveis. Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o IFRR visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial.

Espera-se que, com a futura implantação dessa ferramenta, essas inconsistências sejam regularizadas ou minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada, percebe-se uma variação positiva de 30,35% em razão da depreciação das aquisições de bens.

5.4.5 Bens Imóveis

Os bens imóveis do IFRR, em 31/12/2019, totalizavam R\$ 83.265.484,80, correspondentes ao valor bruto contábil



deduzido de sua amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 52 – BENS IMÓVEIS – COMPOSIÇÃO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial	34.085.283,04	34.085.283,04	0	40,94
Bens imóveis em andamento	48.968.659,02	44.876.199,99	9,12	58,81
Instalações	1.293.952,67	1.210.156,82	6,92	1,55
Benfeitorias em propriedade de terceiros	23.780,00	23.780,00	0	0,03
Depreciação acumulada – bens imóveis	(1.106.189,93)	(529.611,17)	108,87	(1,33)
Total	83.265.484,80	79.665.808,68	4,52	100,00

Fonte: Siafi, 2019 e 2018

De acordo com o quadro acima, os “**bens imóveis em andamento**” correspondem a 58,81% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no balanço patrimonial do IFRR, perfazendo o montante de **R\$ 48.968.659,02** em 31/12/2019. Essa

conta teve um crescimento de 9,12% em relação a 31/12/2018. É importante ressaltar que ela está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos bens imóveis, de acordo com a Portaria Conjunta da Secretária do Tesouro Nacional (STN) e da Secretária de Patrimônio da União (SPU) n.º 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, de autarquias e fundações públicas federais. Nesse sentido, toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

5.4.6 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O item compreende as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento em curto



prazo (circulante). No IFRR, não há valores registrados com caráter de longo prazo. Em 31/12/2019, a instituição apresentou um saldo em aberto de R\$ 850.807,75 relacionado com fornecedores e contas pagar de obrigações em curto prazo. A seguir, apresentam-se essas obrigações, segregando-as entre fornecedores nacionais e estrangeiros.

QUADRO 53 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – COMPOSIÇÃO

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AH (%)
Circulante			
Nacionais	850.807,75	131.198,95	548,49
Estrangeiros			
Total	850.807,75	131.198,95	548,49

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/2019)

A composição dos fornecedores e das contas a pagar em curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um acréscimo de 548,49% em relação ao período de 31/12/18.

Na continuação, apresentam-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data-base de 31/12/2019.

QUADRO 54 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UNIDADE GESTORA CONTRATANTE

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	213.145,20	6.940,00	26,40	2971,26
158350 – <i>Campus</i> Boa Vista	167.282,80	61.126,90	20,72	173,66
158351 – <i>Campus</i> Novo Paraíso	223.815,76	3.414,46	27,73	6454,94
158352 – <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	18.001,48	25.535,84	2,23	-29,51
158510 – <i>Campus</i> Amajari	185.002,76	34.181,75	22,92	441,23
Total	807.248,00	131.198,95	100,00	515,29

Fonte: Siafi (dezembro/2019)

O *Campus* Novo Paraíso apresentou 27,73% de obrigações em relação ao valor total do órgão. Considerando a variação entre o período de dezembro/2018 e dezembro/2019, essa unidade apresentou uma variação de 6.454,94%. Considerando que a liberação de recursos ocorreu no início de cada mês, essas obrigações com fornecedores foram diminuídas no mês de janeiro/2020. A seguir, relacionam-se os fornecedores mais significativos do órgão e o saldo em aberto na data-base de 31/12/2019.



QUADRO 55 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR MAIS SIGNIFICATIVOS

CNPJ	FORNECEDOR	31/12/2019 (R\$)	AV (%)
34805903000161	AMATUR AMAZÔNIA TURISMO LTDA.	132.558,28	27,86
23120190000186	PROJECON EMPREENDIMENTOS LTDA.	112.020,67	23,55
09226540000162	MK CLIMATIZADORES LTDA.	64.999,95	13,66
07259925000109	INSTITUTO NACIONAL VALER DE CULTURA EIRELI	45.827,42	9,63
14181341000115	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	41.219,13	8,66
01864782000170	LIVRARIA LITUDO LTDA.	39.674,23	8,34
05936794000113	DIOCESE DE RORAIMA	39.449,46	8,29
Total		475.749,14	100

Fonte: Siafi (dezembro/2019)

O quadro acima demonstra os sete fornecedores mais significativos da instituição. A empresa Amatur Amazônia Turismo Ltda., que presta serviços de transporte escolar dos alunos do *Campus Novo Paraíso*, é o fornecedor mais significativo entre eles, correspondendo a 27,86%.

5.4.7 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, o Instituto Federal de Roraima tinha um saldo de R\$ 13.852.386,06 referente a obrigações contratuais, ou seja, a parcelas de contratos. Apresentam-se abaixo essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.



**QUADRO 56 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS –
COMPOSIÇÃO**

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	39.449,46	424.138,17	0,28	-90,70
Fornecimento de Bens	1.600.510,62	2.614.457,32	11,55	-38,78
Seguros	42.635,24	6.251,24	0,31	582,03
Serviços	12.169.790,74	15.001.474,85	87,85	-18,88
Total	13.852.386,06	18.046.321,58	100,00	-23,24

Fonte: Siafi (dezembro/2019)

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo IFRR, o que corresponde a 87,85% ao final de 31/12/2019. Em relação ao período 31/12/18, houve uma redução de 23,24% de obrigações contratuais. Na continuação, relacionam-se as unidades gestoras contratantes de serviços com os valores mais expressivos na data-base de 31/12/2019.

**QUADRO 57 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – POR
UNIDADE GESTORA CONTRATANTE (SERVIÇOS)**

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	2.591.904,83	3.503.666,29	20,22	-26,02
158350 – <i>Campus</i> Boa Vista	3.871.561,05	2.815.144,08	30,21	-12,02
158351 – <i>Campus</i> Novo Paraíso	4.527.539,58	2.422.263,01	35,32	86,91
158352 – <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	716.486,90	1.484.795,12	5,59	-51,75
158510 – <i>Campus</i> Amajari	1.110.024,85	4.775.606,35	8,66	-76,76
Total	12.817.517,21	16.586.692,62	100,00	-22,72

Fonte: Tesouro Gerencial 2019 e 2018

Os *Campi* Boa Vista e Novo Paraíso são responsáveis por 65,53% do total contratado. O *Campus* Novo Paraíso teve um crescimento de 86,91% nas contratações de serviços em relação a dezembro/2018, considerando a renovação de alguns contratos essenciais para o funcionamento da unidade. Já as demais unidades apresentaram decréscimos em decorrência da diminuição de algumas despesas por causa do contingen-



ciamento do orçamento e de ajuste da conta de contratos em razão da baixa pelo fim da vigência. Em seguida, vêm relacio-

nados os sete contratados mais significativos e o saldo a executar na data-base de 31/12/2019.

QUADRO 58 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO (EM EXECUÇÃO)

	31/12/2019 (R\$)	AV (%)
AMATUR AMAZÔNIA TURISMO LTDA.	1.341.202,18	20,25
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	1.114.417,60	16,83
RORAIMA ENERGIA S.A.	1.108.488,75	16,74
SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A.	1.057.761,81	15,97
ITP INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVICOS DE TUBOS & PERFIS LTDA.	710.807,61	10,73
MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	656.387,30	9,91
HIGILIMP SERVICOS LTDA.	633.692,54	9,57
Total	6.622.757,79	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (dezembro/19)

O contrato mais expressivo de serviço refere-se ao serviço de transporte de alunos do *Campus* Novo Paraíso. Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita a análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir sobre o que realmente a

instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, percebe-se que alguns contratos não foram baixados e que cada unidade tem responsabilidade sobre os seus.



5.5 CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E DOS FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Esse item consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Siafi como restrições contábeis. Em 2019, o IFRR apresentou as seguintes restrições contábeis por unidade gestora:

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO ANO POR UG						
REST.	TÍTULO	UNIDADES				
		158152	158350	158351	158352	158510
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	-	-	11	11	10
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1	4	2	2	7
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX. NAO CONFERE C/ RMA	9	-	-	-	-
609	SALDO CONT. ALMOX. NÃO CONFERE C/CONTROLE	-	-	-	-	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	12	11	-	-	-
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	12	-	-	-	-
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	-	-	1	-	1
736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL	-	1	1	1	2
772	SUPERÁVIT FINANCEIRO X DDR	-	2	-	-	

Entre as ocorrências citadas, a mais recorrente é a SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB”, haja vis-

ta a inconsistência entre os saldos do controle patrimonial e da contabilidade nas unidades 158152 e 158350. Em seguida, vem



a “FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB”, em decorrência do não envio do Relatório Mensal de Almoxarifado e Bens Móveis pelas Coordenações de Almoxarifado e Patrimônio das unidades 158351,18352 e 158510. Não foi informado o motivo do não envio por parte dos responsáveis.

Documento Digitalizado Público

Relatório de Gestão do IFRR, exercício 2019

Assunto: Relatório de Gestão do IFRR, exercício 2019
Assinado por: Diogo Santos
Tipo do Documento: Relatório de Gestão
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:

- **Diogo Saul Silva Santos, PRO-REITOR - CD2 - PRODIN**, em 31/08/2020 15:00:02.

Este documento foi armazenado no SUAP em 31/08/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 6833

Código de Autenticação: f4718973f7

